

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Prumo Logística S.A.



Sumário

Relatório da administração.....	4
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024.....	11
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024.....	12
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
1. Contexto operacional.....	17
2. Empresas do Grupo Prumo.....	19
3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	20
4. Políticas contábeis materiais e julgamentos contábeis críticos	23
5. Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Caixa restrito	39
6. Depósitos bancários vinculados	41
7. Clientes	42
8. Impostos a recuperar.....	43
9. Impostos diferidos	44
10. Depósitos restituíveis.....	45
11. Depósitos judiciais.....	45
12. Debentures OSX.....	46
13. Créditos com terceiros	47
14. Investimentos	49
15. Propriedade para investimentos	54
16. Imobilizado.....	55
17. Partes relacionadas.....	58
18. Fornecedores	62
19. Plano de opção de compra de ações	62
20. Empréstimos, financiamentos e debêntures	63
21. Cessão de recebíveis securitizados	70
22. Impostos e contribuições a recolher	72

23.	Provisão para contingências	74
24.	Direito de uso / Passivo de arrendamento.....	77
25.	Patrimônio líquido	77
26.	Prejuízo líquido por ação.....	78
27.	Receita operacional.....	79
28.	Custo dos serviços prestados.....	79
29.	Despesas gerais e administrativas	80
30.	Resultado financeiro.....	80
31.	Informações por segmento.....	81
32.	Compromissos assumidos	86
33.	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.....	86
34.	Cobertura de seguros	94



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, a Prumo Logística avançou de forma consistente no fortalecimento do Porto do Açu como uma plataforma estratégica para o desenvolvimento econômico do Brasil. Em um ambiente global marcado por transformações profundas nas cadeias logísticas, reforçamos nossa capacidade de execução, ampliamos negócios e aceleramos iniciativas que combinam crescimento, inovação e sustentabilidade.

Os terminais privados que compõem o Complexo Portuário movimentaram 89 milhões de toneladas em 2025, um aumento de 11% em relação a 2024. O volume corresponde a cerca de 6% de toda a movimentação portuária registrada no Brasil neste mesmo período¹. O desempenho operacional se traduziu também em impacto econômico relevante: aproximadamente US\$ 15 bilhões em exportações, o equivalente a 4% das exportações nacionais e 25% de tudo o que foi exportado pelos portos e aeroportos do Estado do Rio de Janeiro. Esses números reforçam a contribuição do Açu para a competitividade da economia brasileira e para o desenvolvimento regional.

A intensidade das operações se refletiu nos acessos ao complexo: foram mais de 8 mil acessos marítimos, alta de 13% em relação a 2024, acompanhando especialmente o crescimento das atividades offshore. No modal rodoviário, registramos mais de 154 mil acessos de caminhões (+45%) e 281 mil acessos de veículos leves e ônibus (+14%), evidenciando a crescente integração logística do Açu com diferentes cadeias produtivas.

Neste contexto, o Terminal Multicargas (T-Mult), operado pela Porto do Açu Operações, alcançou um novo recorde histórico, com 2,1 milhões de toneladas movimentadas (+16%), ampliando seu portfólio com nove novos clientes e quatro novas cargas. O terminal consolidou-se como elo estratégico entre o Porto do Açu e as regiões Centro-Oeste e Sudeste, com destaque para Minas Gerais, origem ou destino de 58% do volume movimentado.

Em dezembro de 2025, a Prumo concluiu a venda de sua participação na Ferroport, alinhada ao seu plano de reciclagem de capital e revisão de portfólio. A Ferroport permanece operando normalmente no Porto do Açu e continua sendo um terminal importante do complexo.

Na Vast Infraestrutura, 2025 foi um ano histórico: alcançamos 229 operações de transbordo e a marca de 220 milhões de barris movimentados, além de um recorde mensal em agosto, com 28 operações, reforçando a importância do T-Oil no mercado brasileiro de transbordo de petróleo.

Nosso compromisso com a transição energética e a inovação ganhou tração ao longo do ano. O Porto do Açu foi o primeiro Cluster Industrial no Brasil a ser selecionado para participar da iniciativa *Transitioning Industrial Clusters* (TIC), do Fórum Econômico Mundial. A iniciativa reúne partes interessadas dos setores público e privado de clusters industriais para reduzir suas emissões de CO₂, ao mesmo tempo em que impulsiona o crescimento econômico e cria empregos.

¹ [Portos brasileiros movimentam 1,4 bilhão de toneladas em 2025 e batem recorde histórico — Portos e Aeroportos](#), Desempenho Aquaviário 2025, dados Antaq.



Ao aderirem à iniciativa, os membros participam de um movimento global para acelerar a transição dos clusters industriais, permitindo que alcancem todo o seu potencial ambiental, econômico e social.

Avançamos também na estruturação desse ecossistema com a assinatura de contratos de reserva de área para desenvolvimento de projetos no hub de hidrogênio de baixo carbono e derivados, posicionando o Açú como um dos principais polos da América do Sul nessa agenda.

Outro marco foi o início das operações da UTE GNA II, maior usina termelétrica a gás natural do Brasil, com 1,7 GW de capacidade instalada e investimento de R\$ 7 bilhões. O empreendimento elevou o complexo do Açú ao status de maior parque de geração a gás da América Latina, com 3 GW, contribuindo para a segurança energética nacional e integrando projetos estratégicos do Novo PAC.

Ao mesmo tempo, seguimos investindo em soluções de descarbonização, como a planta-piloto de captura de CO₂ e produção de combustíveis sustentáveis, desenvolvida em parceria com a Repsol Sinopec Brasil, e no fomento à eletrificação de navios petroleiros, em colaboração com o Porto de Roterdã.

Em 2025, celebramos também o primeiro abastecimento com HVO (diesel verde) do setor portuário no Brasil, reduzindo significativamente as emissões de uma embarcação operacional, e avançamos

na construção do Terminal de Líquidos do Açú (TLA), que ampliará a capacidade de movimentação de combustíveis, biocombustíveis e químicos a partir de 2026. No último trimestre, reforçamos essa agenda com novas parcerias firmadas na OTC Brasil, no Conecta Cais e no evento *Oceans of Opportunity*, incluindo a assinatura de uma carta de intenções para criação de um corredor verde marítimo com o Porto de Antuérpia-Bruges, além da parceria com a Van Oord para realização da primeira dragagem com biocombustível no Porto do Açú.

No pilar ESG, avançamos em iniciativas ambientais, sociais e de governança alinhadas ao desenvolvimento sustentável do Porto do Açú. A Reserva Caruara ampliou sua atuação com novos contratos e parcerias voltadas à conservação da biodiversidade e à educação ambiental, reforçando sua consolidação como unidade de negócios dedicada à preservação ecológica.

No campo social, programas de capacitação e inclusão continuaram promovendo oportunidades para as comunidades do entorno, com destaque para iniciativas voltadas ao desenvolvimento profissional e ao fortalecimento da empregabilidade local.

No monitoramento ambiental, o programa realizado em parceria com o Projeto Tamar ultrapassou a marca de 1,3 milhão de filhotes de tartarugas marinhas devolvidos ao mar, reforçando o compromisso da companhia com práticas responsáveis nas operações do complexo.

Encerramos 2025 com um portfólio de projetos estruturantes para o futuro, incluindo o início do licenciamento do hub de ferro metálico no Porto do Açú, que amplia nossa visão de longo prazo e diversificação industrial. Mais do que resultados, entregamos um ano de avanços consistentes na construção de um ecossistema portuário-industrial competitivo, inovador e sustentável.

DADOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

Valores em R\$ mil

Dados Financeiros	2025	2024	%	Valor
Receita Líquida de serviços	2.891.329	1.961.213	47%	930.116
Custo dos serviços prestados	(1.773.416)	(797.264)	122%	(976.152)
Lucro Bruto	1.117.913	1.163.948	(4%)	(46.035)
Despesas gerais e administrativas	(443.629)	(728.845)	(39%)	285.216
Lucro Líquido do exercício	638.086	(2.671.279)	124%	3.309.365
EBITDA ajustado	2.225.793	855.931	160%	1.369.863
Margem EBITDA ajustada	77%	44%	76%	-

COVENANTS FINANCEIROS

Valores em R\$ mil

- **EBITDA:** 2.225.793
- **Dívida Líquida:** 9.876.152
- **Dívida Líquida / EBITDA:** 4,44

O cálculo do índice de alavancagem aqui apresentado considera informações gerenciais complementares, incluindo valores de EBITDA e dívida líquida de entidades não consolidadas, como a GNA I e a efen, sendo apurado de acordo com a participação societária proporcional nos investimentos detidos pela Prumo e em conformidade com as exigências dos contratos de financiamento vigentes.

PESSOAS

A Companhia adota uma política de equidade estruturada, com diretrizes voltadas à promoção de um ambiente de trabalho inclusivo e à ampliação da representatividade feminina em todos os níveis organizacionais.

As práticas de remuneração baseiam-se em critérios objetivos previamente estabelecidos, assegurando isonomia entre profissionais que ocupam funções equivalentes. A estrutura salarial é definida com base em avaliações de mercado e na arquitetura de cargos vigente, sendo aplicada de forma uniforme a todos os empregados.

Além do cumprimento das exigências legais de igualdade salarial, a Companhia mantém iniciativas contínuas voltadas à equidade de gênero, incluindo revisão periódica de processos de recrutamento e seleção, acompanhamento de indicadores internos de diversidade, estímulo à participação feminina em programas de desenvolvimento e sucessão, e análises recorrentes de práticas remuneratórias, de modo a identificar e mitigar eventuais assimetrias não justificadas.

A Companhia reafirma seu compromisso com a promoção ativa da equidade de gênero, da isonomia de oportunidades e da não discriminação em todas as etapas da gestão de pessoas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança dos nossos acionistas, parceiros, clientes, colaboradores e comunidades. Seguimos convictos de que o crescimento da Prumo Logística continuará ancorado em responsabilidade, inovação e impacto positivo para o Rio de Janeiro, o Brasil e o mundo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Prumo Logística S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Companhia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Prumo Logística S.A.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Prumo Logística S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Prumo Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

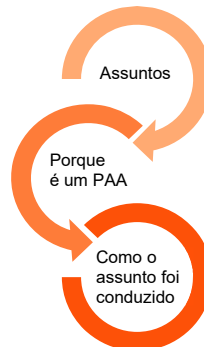
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Prumo Logística S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Empréstimos, financiamentos e debêntures, e suas cláusulas restritivas (Nota 20)</p> <p>Em 31 de dezembro de 2025, os saldos consolidados de empréstimos, financiamentos e debêntures reconhecidos no passivo circulante e não circulante totalizaram, respectivamente, R\$ 757.503 mil e R\$ 11.227.562 mil, representando conjuntamente 77% do total do passivo.</p> <p>A Companhia e suas controladas apresentam um alto nível de alavancagem financeira, sendo os saldos desses empréstimos, financiamentos e debêntures materiais para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Além disso, os custos financeiros têm impacto significativo nos resultados da Companhia. A Companhia e suas controladas estão também sujeitas a cláusulas financeiras restritivas vinculadas aos seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. O descumprimento de determinadas cláusulas pode resultar na antecipação do vencimento dessas dívidas.</p> <p>Devido à magnitude dos saldos envolvidos, à relevância dos custos financeiros, e às potenciais consequências relacionadas ao descumprimento das cláusulas restritivas, este tema exigiu atenção significativa dos auditores e, portanto, foi considerado um tema de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros:</p> <p>Obter o entendimento sobre os contratos dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas e os controles relacionados ao reconhecimento, mensuração e divulgação das dívidas e custos financeiros.</p> <p>Também confirmamos os saldos das dívidas e os termos contratuais significativos junto aos credores, reconciliando-os com os registros contábeis, além de avaliarmos o cumprimento das cláusulas financeiras restritivas por meio do recálculo independente dos índices contratuais com base nas informações financeiras auditadas.</p> <p>Avaliamos a adequação das políticas contábeis aplicadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures e os custos financeiros relacionados, em conformidade com a estrutura conceitual contábil aplicável, bem como a suficiência das divulgações relativas às dívidas, cláusulas restritivas e o risco de liquidez.</p> <p>Com base nos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures, incluindo sua apresentação e divulgações, são apropriados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>



Prumo Logística S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Debêntures OSX (Nota 12)</p> <p>Conforme descrito na Nota 12, no exercício findo de 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui debêntures, líquida de provisão para perda estimada, no montante consolidado de R\$ 654.809 mil.</p> <p>Devido à magnitude dos saldos envolvidos, alto grau de julgamento envolvido e premissas críticas utilizadas na mensuração, bem como o impacto que suas oscilações podem trazer às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros:</p> <p>Entendimento do ambiente de controles internos relevantes ao processo de mensuração das debêntures.</p> <p>Como auxílio dos nossos especialistas em precificação de ativos dessa natureza, obtivemos entendimento sobre a metodologia de cálculo e as premissas adotadas, na construção dos modelos de precificação, efetuamos testes sobre a razoabilidade das principais premissas adotadas na construção do modelo de mensuração do ativo.</p> <p>Adicionalmente, com o suporte de nossos especialistas jurídicos, conduzimos a revisão dos principais aspectos legais relacionados ao tema, incluindo a análise da evolução do processo de recuperação judicial da contraparte e a avaliação da razoabilidade das medidas judiciais atualmente em curso.</p> <p>Revisamos as divulgações nas demonstrações financeiras em relação aos requisitos do IFRS 9 - "<i>Financial Instruments</i>" e do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", bem como, a consistência dessas divulgações com as informações obtidas em nossa auditoria.</p> <p>Consideramos que os julgamentos e as premissas críticas adotados pela Administração para a mensuração desse ativo são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>

Outros assuntos - Mudança de auditor - Relatório anterior não modificado

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de março de 2025, sem ressalvas.



Prumo Logística S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Prumo Logística S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Prumo Logística S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Valter Vieira de Aquino Junior
Signed By: Valter Vieira de Aquino Junior 30333500890
CPF: 30333500890
Signing Time: 03 March 2026 19:46 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Issuer: AC: Syntegrid Multipia

Valter Vieira de Aquino Junior
Contador CRC 1SP263641/O-0

Prumo Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	5	199.556	104.072	807.798	478.162
Títulos e valores mobiliários	5	3.022	3.156	380.697	639.937
Caixa restrito	5	11.900	19.500	11.900	19.500
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	3	60.748
Clientes	7	-	-	281.899	186.107
Caixa restrito - VIRGO	5	-	-	2.218	2.000
Contas a receber com partes relacionadas	17	10.538	3.268	4.702	3.024
Impostos a recuperar	8	11.168	8.711	39.276	24.741
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	-	-	14.042	-
Dividendos a receber	17	-	28.932	-	55.911
Derivativos - hedge		-	-	-	1.367
Outras contas a receber		1.690	1.286	32.239	17.148
Total do ativo circulante		237.874	168.925	1.574.774	1.488.645
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	2.647.622	3.288.100
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	237.433	255.011
Clientes	7	-	-	158.060	147.194
Contas a receber com partes relacionadas	17	-	-	60.895	63.436
Mútuos com partes relacionadas	17	37.214	55.939	155.074	159.043
Debêntures	12	-	-	654.809	654.809
Créditos com terceiros	13	-	-	68.682	68.682
Depósitos restituíveis	10	-	-	47.853	51.396
Depósitos judiciais	11	260	277	16.380	15.535
Impostos a recuperar	8	5.488	4.577	10.408	8.615
Impostos diferidos	9	-	-	-	22
Dividendos a receber	17	51.343	61.326	-	-
Outras contas a receber		1.535	1.535	10.233	11.329
Investimentos					
Participações societárias	14	4.125.823	4.163.374	136.805	1.110.578
Propriedade para investimento	15	-	-	529.817	529.817
Imobilizado	16	1.747	2.182	4.115.136	4.390.808
Intangível		971	1.184	68.160	93.909
Direito de uso	24	-	-	135.444	130.558
Total do ativo não circulante		4.224.381	4.290.394	9.052.811	10.978.842
Total do ativo		4.462.255	4.459.319	10.627.585	12.467.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Prumo Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	6.598	4.800	175.307	94.376
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	-	-	757.503	815.718
Cessão de recebível securitizado	21	-	-	45.134	29.483
Passivos de Arrendamento	24	-	-	9.057	10.250
Salários e encargos a pagar		26.349	27.921	91.067	83.937
Contas a pagar com partes relacionadas	17	2.134	2.044	16.666	29.776
Adiantamento de clientes		172	-	522	831
Impostos e contribuições a recolher	22	1.596	2.737	27.439	25.669
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	-	25.788
Total do passivo circulante		36.849	37.502	1.122.695	1.115.828
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	6.068.354	5.592.903	11.227.562	14.175.460
Cessão de recebível securitizado	21	-	-	870.916	794.210
Contas a pagar com partes relacionadas	17	10.927	12.199	27.204	40.968
Passivos de arrendamento	24	-	-	142.244	130.224
Mútuo com partes relacionadas	17	2.255.559	2.440.823	1.941.485	1.428.837
Adiantamento de clientes		588	-	588	-
Impostos e Contribuições a Recolher	22	61.915	65.096	149.059	97.607
Provisão para contingências	23	-	-	16.753	14.716
Provisão para perda de investimentos	14	1.157.992	1.978.892	-	116.053
Impostos diferidos	9	-	-	142.531	103.176
Outras contas a pagar		-	-	1.301	11.421
Total do passivo não circulante		9.555.335	10.089.913	14.519.643	16.912.672
Patrimônio líquido					
Capital social	25	3.292.821	3.292.821	3.292.821	3.292.821
Reservas de capital		(728.726)	(728.726)	(728.726)	(728.726)
Outros resultados abrangentes		601.904	563.355	601.904	563.355
Prejuízos acumulados		(8.295.928)	(8.795.546)	(8283.095)	(8.795.970)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		(5.129.929)	(5.668.096)	(5.117.906)	(5.668.520)
Participação de Acionistas não controladores				103.153	107.507
Total do patrimônio líquido		(5.129.929)	(5.668.096)	(5.014.753)	(5.561.013)
Total do passivo e patrimônio líquido		4.462.255	4.459.319	10.627.585	12.467.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	27	-	-	1.890.428	1.496.632
Custo dos serviços prestados	28	-	-	(961.665)	(799.666)
Lucro bruto		-	-	928.763	696.966
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	29	(100.015)	(86.520)	(371.590)	(303.163)
Reversão (provisão) para perda sobre recebíveis e ativos		-	53	447	34.915
Outras receitas		-	2	9.000	5.284
Outras despesas		(1)	(13)	(90.975)	(2.713)
Ganho na venda de controlada/investida		1.251.996	-	1.251.996	-
Ganho por compra vantajosa		-	-	-	14.470
Resultado operacional		1.151.980	(86.478)	1.727.641	445.759
Resultado antes do resultado financeiro		1.151.980	(86.478)	1.727.641	445.759
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		299.498	26.556	1.010.575	1.142.812
Despesas financeiras		(886.019)	(838.223)	(1.875.643)	(3.534.900)
		(586.521)	(811.667)	(865.068)	(2.392.088)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(66.228)	(938.972)	(168.744)	(58.828)
Resultado antes dos impostos	22	499.231	(1.837.117)	693.829	(2.005.157)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(120.558)	(127.338)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	(67.675)	190.012
Prejuízo do período		499.231	(1.837.117)	505.596	(1.942.483)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		499.231	(1.837.117)	511.253	(1.831.085)
Acionistas não controladores		-	-	(5.657)	(111.398)
Prejuízo do período		499.231	(1.837.117)	505.596	(1.942.483)
Resultado por ação					
Prejuízo por ação ordinária – básico e diluído (em R\$)	26	1,32768	(4,88573)	1,35965	(4,86969)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do período	499.231	(1.837.117)	505.596	(1.942.483)
Outros resultados abrangentes de operações continuadas				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado (líquidos de impostos):				
Ajustes acumulados de conversão	88.057	(222.680)	88.057	(222.680)
Ganho na operação de <i>hedge</i>	(1.955)	5.322	(1.955)	5.322
Perda na variação percentual em investida	(259)	(57.989)	(259)	(57.989)
Ajuste de alienação de investimento	(47.294)	-	(47.294)	-
Total dos resultados abrangentes do período	537.780	(2.112.464)	544.145	(2.217.830)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	537.780	(2.112.464)	549.802	(2.106.432)
Acionistas não controladores	-	-	(5.657)	(111.398)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reserva de Capital					Outros resultados abrangentes					Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Outros	Total	Participação de acionista não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Opções de ações outorgadas	Gastos com emissão de ações	Perda na incorporação reversa de ações de controlada	Reserva de capital reflexa	Bônus de subscrição Siemens-reflexa	Ganho/(perda) na variação percentual em investida	Ajuste de avaliação patrimonial /pela perda de controle	Ajustes acumulados de conversão						
Saldo em 01 de janeiro de 2024	3.292.821	266.974	63.336	(31.844)	(1.027.192)	125.182	13.231	498.974	(4.260)	205.575	(6.958.429)	(3.555.632)	(3.110)	(3.558.742)	154.523	(3.404.219)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.837.117)	(1.837.117)	6.032	(1.831.085)	(111.398)	(1.942.483)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(222.680)	-	(222.680)	-	(222.680)	-	(222.680)
Perda na variação percentual na investida PDA	-	-	-	-	-	-	(57.989)	-	-	-	-	(57.989)	-	(57.989)	57.989	-
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	-	-	-	5.322	-	-	-	5.322	-	5.322	2.099	7.421
Ajuste diferido e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.346)	(3.346)	76	(3.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.292.821	266.974	63.336	(31.844)	(1.027.192)	125.182	13.231	440.985	1.062	(17.105)	(8.795.546)	(5.668.096)	(424)	(5.668.520)	103.289	(5.565.231)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	3.292.821	266.974	63.336	(31.844)	(1.027.192)	125.182	13.231	440.985	1.062	(17.105)	(8.795.546)	(5.668.096)	(424)	(5.668.520)	107.507	(5.561.013)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	499.231	499.231	12.022	511.253	(5.657)	505.596
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.057	-	88.057	-	88.057	-	88.057
Perda na variação percentual	-	-	-	-	-	-	(259)	-	-	-	-	(259)	-	(259)	259	-
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.955)	-	-	(1.955)	-	(1.955)	(1.045)	(3.000)
Ajuste de alienação de investimento	-	-	-	-	-	(47.294)	-	-	-	-	-	(47.294)	-	(47.294)	-	(47.294)
Ajuste diferido e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	387	387	425	812	2.089	2.901
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.292.821	266.974	63.336	(31.844)	(1.027.192)	77.888	13.231	440.726	(893)	70.952	(8.295.928)	(5.129.929)	12.023	(5.117.906)	103.153	(5.014.753)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Prumo Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	499.231	(1.837.117)	693.829	(2.005.157)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Amortização de direito de uso	1.509	1.444	19.141	15.457
Depreciação e amortização	775	1.451	269.928	277.664
Baixa de ativos	3	13	64.720	51.580
Resultado de equivalência patrimonial	66.228	938.972	168.744	58.828
Variação percentual sobre venda de investimento em controlada	-	-	-	1.800
Variação cambial, monetária e juros	583.219	822.067	243.624	3.692.288
Amortização do custo de transação	-	-	29.277	243.291
Fee liquidação Empréstimos	-	-	-	108.012
Provisão (reversão) para perda - recebíveis	-	-	(447)	(90)
Reversão ao valor recuperável de ativos	-	-	-	(34.825)
Provisão para bônus	12.846	17.108	29.397	29.193
Provisão (reversão) para contingências	-	-	(48)	251
(Aumento) redução em clientes - receita linear	-	-	(7.984)	(35.708)
Compra vantajosa - Tecma	-	-	-	(14.470)
Reversão da provisão de perda de investimento	(753.153)	-	(753.153)	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	(498.843)	-	(503.551)	(9.914)
	(88.185)	(56.062)	253.477	2.378.200
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Clientes	-	-	(98.227)	(20.101)
Depósitos restituíveis	-	-	3.543	(966)
Depósitos judiciais	17	86	(845)	(2.405)
Impostos a recuperar	(1.870)	7.499	(27.096)	(20.213)
Clientes securitizados	-	-	(218)	(2.000)
Outros valores a receber	(404)	440	(13.995)	9.733
Fornecedores	1.798	983	80.931	(7.114)
Partes relacionadas - contas a receber	(7.270)	1.259	863	(12.806)
Adiantamento de clientes	760	-	279	(3.622)
Impostos e contribuições a recolher	(4.322)	(486)	213.428	5.848
Partes relacionadas - contas a pagar	89	49	(8.603)	59.384
Salários e férias a pagar	(14.418)	(18.385)	(22.267)	(29.486)
Outras contas a pagar	-	-	(10.120)	238
Caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(113.805)	(64.617)	371.150	2.354.690
Pagamento de imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	(146.639)	(81.237)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(113.805)	(64.617)	224.511	2.273.453
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(130)	(203)	(233.761)	(621.412)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(1.357)	(28.384)
Recursos provenientes na venda de controlada	498.843	-	436.333	7.235
Títulos e valores mobiliários	134	9.887	1.109.296	(773.908)
(Aumento) Redução de capital em controlada	37.413	(5.320)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(65)	-	-	-
Dividendos recebidos	32.752	37.401	9.743	248.564
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	23.884	-	23.884	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	592.831	41.765	1.344.138	(1.167.905)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Caixa restrito	7.600	15.215	7.600	64.213
Pagamento de parcela da aquisição de subsidiária	-	-	(17.000)	(17.000)
Passivo de arrendamento	(1.593)	(2.516)	(30.077)	(24.082)
Depósitos bancários vinculados	-	-	78.323	29.643
Juros pagos	(308.580)	(5.020)	(811.077)	(667.982)
Custo de transação com terceiros	-	-	-	(16.327)
Hedge	-	-	1.367	(2.243)
Obrigações de securitização	-	-	-	39.800
Empréstimos liquidados com terceiros	(80.969)	(7.388)	(490.669)	(433.671)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(383.542)	291	(1.261.533)	(1.027.649)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	95.484	(22.561)	307.116	77.899
No início do período	104.072	126.633	478.162	451.981
No fim do período	199.556	104.072	807.798	478.162
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	-	-	(22.520)	51.718
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	95.484	(22.561)	307.116	77.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Prumo Logística S.A. (“Prumo” ou “Companhia”) foi constituída em 2007, com o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e competências logísticas integradas, principalmente no setor portuário. A Companhia atualmente desenvolve suas operações através das controladas Porto do Açú Operações S.A. (“Porto do Açú”), Vast Infraestrutura S.A. (“Vast”), Gás Natural Açú S.A. (“GNA”), UTE GNA I Geração de Energia S.A. (“GNA I”), do Consórcio Dome Serviços Integrados e do empreendimento controlado em conjunto NFX Combustíveis Marítimos Ltda. (“efen”).

Em 31 de dezembro de 2025, o valor patrimonial consolidado da Companhia é negativo em R\$13,34 por ação (negativo em R\$14,79 em 31 de dezembro de 2024), apresentando resultado consolidado no exercício de R\$505.596 (R\$1.942.483 em 31 de dezembro de 2024) e capital circulante líquido (CCL) consolidado positivo de R\$452.079 (positivo em R\$372.817 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração, dentro do seu plano estratégico, com foco na melhoria do fluxo de caixa, avançou em diversas ações que visam gerar valor ao negócio e segue comprometida com a busca contínua por novas fontes de recursos para a sua continuidade operacional, essenciais para o sucesso dos planos de negócios da Companhia. Como parte da sua estratégia de otimização de portfólio e gestão ativa de investimentos, a Prumo, em 16 de dezembro de 2025, vendeu a totalidade de sua participação acionária na FPNewCo, uma de suas subsidiárias integrais.

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a reforma do sistema tributário sobre o consumo no Brasil, prevendo a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre o consumo (PIS, COFINS, ICMS e ISS) por novos tributos baseados no modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), incluindo a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS).

O exercício de 2026 corresponderá ao período de transição em caráter de teste operacional, sem efeitos financeiros sobre a carga tributária global ou sobre os saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os impactos econômicos e financeiros relevantes decorrentes da nova sistemática tributária estão previstos para ocorrer de forma progressiva a partir de 2027.

Porto do Açú

Durante 2025, a Porto do Açú manteve a regularidade de suas operações, sem ocorrência de eventos operacionais relevantes no período que impactassem significativamente suas demonstrações financeiras.

Destaca-se, entretanto, que ao longo do ano foram contratados serviços de dragagem em áreas portuárias da Companhia, resultando em aumento do ativo imobilizado e dos custos operacionais relacionados. Paralelamente, a Porto do Açú ampliou seu escopo de atuação ao prestar serviços de gerenciamento e consultoria em dragagem para

clientes estratégicos, fortalecendo seu portfólio de soluções portuárias.

Essa expansão contribuiu para um crescimento expressivo das receitas no primeiro semestre, impulsionado por contratos específicos com clientes-chave, refletindo a estratégia da Companhia de diversificação e agregação de valor aos serviços oferecidos.

Vast Infraestrutura S.A.

A Companhia possui dois terminais: o primeiro, localizado no Terminal 1 do Porto do Açu ("T-Oil" ou "T1"), é dedicado a atividades de transbordo de petróleo e possui três berços disponíveis ao longo do quebra-mar de 1,4 km, sendo que dois deles, os berços Norte e Central, têm capacidade para receber até navios exportadores tipo *Very Large Crude Carrier* ("VLCC") e o berço Sul, com capacidade para operar até navios Suezmax. O segundo terminal, adquirido em outubro de 2024 (através da compra da empresa TECMA) está localizado no Terminal 2 ("T2") do Porto do Açu e é composto por 2 piers onde a Vast Infraestrutura, atualmente oferece serviços de transbordo de combustível marítimo (MGO).

Para o desenvolvimento do projeto Terminal de Líquidos do Açu (TLA), em junho de 2025 foi assinado o contrato com a empreiteira EPC e, em julho de 2025, a TECMA efetuou um pagamento antecipado no valor de R\$ 31.500 mil com o objetivo de viabilizar o início das atividades de construção. A construção teve início no terceiro trimestre de 2025 e a conclusão do projeto está prevista para o final de 2026.

Grupo GNA

A controlada em conjunto indireta UTE GNA I Geração de Energia S.A I ("UTE GNA I") opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto UTE GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu. A UTE GNA I faz parte do desenvolvimento do chamado "Açu Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

DOME Serviços integrados

A DOME apresentou em 2025 um avanço significativo em suas operações, com aumento expressivo nas atividades de projetos e atracação. Consolidou sua posição como um dos principais apoios às Spoolbases, iniciou sua atuação como base logística para a Subsea7 e manteve a diversificação de serviços para clientes estratégicos, incluindo Baker Hughes e Moddec, contribuindo para sua expansão no mercado de O&G. Esse desempenho operacional demonstra a resiliência do negócio e sua aderência ao plano de negócios, reforçando que não foram identificadas incertezas relevantes que possam impactar a avaliação de continuidade operacional no nível consolidado.

efen

A efen, tem por objeto social as atividades de importação, exportação, venda, armazenamento e/ou qualquer forma de comercialização de combustíveis marítimos, óleos combustíveis, diesel e biodiesel, gasolina, etanol, assim como outros derivados de petróleo por operações de transbordo ou por meio de dutos (ex-pipe); a prestação de serviços de assessoria em trâmites de comércio exterior; construção, operação e exploração de terminais marítimos de uso privativo; a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem e/ou transbordo, incluindo em estações e pátios portuários, serviços de apoio marítimo, bem como a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior.

Em outubro de 2024, foram transferidos para a investida TECMA o terminal portuário, bem como máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, pelo valor total de R\$ 107.834.623,80 (cento e sete milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e três reais e oitenta centavos). Na mesma data, foi concluída a venda dessa subsidiária para a Vast Infraestrutura pelo montante de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), o que resultou no atingimento do *closing* da transação.

2. Empresas do Grupo Prumo

	País	Participação acionária	
		31/12/2025	31/12/2024
Controladas diretas			
Porto do Açú Operações S.A. ("Porto do Açú") (a)	Brasil	98,99%	98,99%
LLX Brasil Operações Portuárias S.A. ("LLX Brasil")	Brasil	100,00%	100,00%
NFX Combustíveis Marítimos Ltda. ("efen") (b)	Brasil	50,00%	50,00%
Vast Infraestrutura S.A. ("Vast") (e)	Brasil	80,00%	20,00%
Gás Natural Açú S.A. ("GNA") (c)	Brasil	70,00%	70,00%
Heliporto do Açú S.A. ("Heliporto") (*)	Brasil	-	100,00%
Açú Petróleo Investimentos S.A. ("Açú Investimentos")	Brasil	100,00%	100,00%
Prumo Serviços e Navegação Ltda. ("Prumo Navegação")	Brasil	100,00%	100,00%
Rochas do Açú Ltda. ("Rochas do Açú")	Brasil	100,00%	100,00%
Açú Energia Renovável Ltda. ("Açú Energia")	Brasil	100,00%	100,00%
FP Par Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
FP Newco S.A. (i)	Brasil	-	100,00%
Prumo Luxembourg S.à.r.l	Luxemburgo	100,00%	100,00%
Controladas indiretas			
Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (d)	Brasil	-	50,00%
Açú Petróleo Luxembourg S.A.R.L. ("AP Lux") (e)	Brasil	100,00%	100,00%
Vast Terminais e Dutos S.A. (Vast Terminais) (i)	Brasil	-	100,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açú Ltda. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	99,30%	99,30%
(f) G3X Engenharia S.A. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
Pedreira Sapucaia Ind. e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,25%	97,25%
Ambipar Environment water solutions Açú S.A. (h)	Brasil	49,00%	49,00%
SNF - Siderúrgica do Norte Fluminense Ltda. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%
UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I")	Brasil	44,89%	44,89%
Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. ("GNA Infra")	Brasil	93,02%	93,02%
Açú Trucked LNG S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo Prumo	Brasil	99,99%	99,99%
Dome Serviços Integrados ("Dome") (g)	Brasil	50,00%	50,00%
Prumo Participações e Investimentos S.A. ("Prumo Participações") (i)	Brasil	-	100,00%
Terminal de Combustíveis Marítimos do Açú Ltda. ("TECMA")	Brasil	100,00%	100,00%

(a) Empreendimento controlado pela Prumo, com participação de 1,01% do Port of Antwerp International NV ("PAI");

(b) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo e pela BP Global Investment Limited ("BP"), detendo cada acionista 50% das ações;

- (c) Empreendimento controlado pela Prumo, com participação de 30% da BP Global Investment Limited;
- (d) Empreendimento controlado em conjunto pela Prumo Participações e pela Anglo American, detendo cada acionista 50% das ações;
- (e) As ações remanescentes na Vast foram distribuídas de tal forma que a Heliporto ficasse com 60%, Açú Petróleo Investimentos e Prumo Logística com 20% cada. A razão social da Açú Petróleo S.A. foi alterada para Vast Infraestrutura S.A.;
- (f) Empreendimento controlado em conjunto pela Porto do Açú, com participação de 0,76% da Prumo;
- (g) O consórcio Dome é constituído pelas empresas Prumo Serviços e Navegação Ltda. e GranIHC Services, com participações iguais de 50%;
- (h) Em continuidade a plano de venda de controlada divulgado no decorrer do ano de 2024 foi executada a venda de parte das ações da empresa Águas Industriais do Açú. A Porto do Açú vendeu 51% de suas ações e, a partir de 16 de agosto de 2024, passará a ter 49% do investimento.
- (i) Em 16 de dezembro de 2025, a Prumo Logística de acordo com sua estratégia de desinvestimentos concluiu alienação da participação acionária na FP Newco, controladora da Prumo Participação Investimentos S.A. que possuía 50% da Ferroport.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional. A Administração da Prumo avaliou e então concluiu que não existe incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia de continuar em operação.

Em 20 de março de 2026, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

b) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações

relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, com a exceção do Grupo Vast, cuja moeda funcional é o Dólar norte-americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Continuidade operacional

A Administração da Companhia, alinhada ao plano estratégico de otimização de caixa e fortalecimento da estrutura financeira, avançou em iniciativas voltadas ao aumento da eficiência operacional e à melhor alocação de recursos. Os efeitos das medidas de reestruturação implementadas no período anterior se refletiram na melhora do desempenho operacional e na maior capacidade de geração de caixa, permitindo à Companhia direcionar recursos ao crescimento sustentável do negócio. Essas ações integram uma estratégia de longo prazo, que combina aprimoramento da estrutura de capital, gestão integrada do endividamento e busca contínua por alternativas de financiamento que assegurem a continuidade operacional e a solidez financeira do grupo.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos, incertezas relacionadas a premissas e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 07: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda
- Nota explicativa 09 – reconhecimento de ativo fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 16 – teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperável, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

- Nota explicativa 23 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação conforme descrito na Nota Explicativa 33 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 15: Propriedade para investimento;
- Nota Explicativa 33: Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos;

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário:

f) Base de consolidação

e.1 Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, desreconhece os ativos e passivos e passa a reconhecer o resultado das operações dessa antiga controlada pelo método de equivalência patrimonial a partir do mês em que ocorre a perda de

controle, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada ao seu valor justo na data em que há a perda de controle.

e.2 Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

e.3 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. Políticas contábeis materiais e julgamentos contábeis críticos

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais e julgamentos contábeis críticos descritas abaixo de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário:

- a) Consolidação
- (i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações

financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionista não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da controlada.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Quando classificadas como entidades controladas em conjunto, existem acordos contratuais que permitem à Companhia controle compartilhado da entidade e dão ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não

realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, Real, das entidades do Grupo Prumo, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico, em moeda estrangeira, e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses, títulos adquiridos com a intenção de manter o papel até o vencimento ou investimentos para negociação encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários.

O Caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA e AAA, baseado nas agências S&P, Moodys e Fitch.

d) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

Ao ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber entre partes relacionadas, contas a receber com terceiros e derivativos.

A Companhia reconhece inicialmente os recebíveis e os títulos de dívida emitidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos

inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão, para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, A Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumento de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. Instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes - ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("*forward points*") é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge*

e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

iv. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivo financeiro

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Prumo e suas subsidiárias concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta,
- Outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar, e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

h) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento.

Conforme CPC 28 - Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento.

i) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (“*forward-looking*”).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em uma situação normal;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

j) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos mesmos.

k) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Transações de pagamento baseado em ações

Em 7 de maio de 2018, a Prumo passou a ser uma Companhia de capital fechado. Foi constituído e aprovado pelo Conselho de Administração o novo plano em substituição ao anterior, o *Phantom Options*, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

m) Receita operacional

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS15 a partir de 2018, e de acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle- em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Determinadas receitas, entretanto, não se enquadram no escopo do CPC 47 / IFRS 15, sendo tratadas de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, quando a Companhia atua como arrendadora ou quando os contratos se caracterizam como operações de arrendamento. Nesses casos, a receita é reconhecida ao longo do prazo contratual, geralmente de forma linear, conforme a disponibilização do direito de uso do ativo.

As principais receitas do Grupo são provenientes de:

(i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.

(ii) Serviços portuários

Prestação de serviços portuários, direito de acesso e operações logísticas são reconhecidos no resultado.

Essas operações portuárias representam obrigações de desempenho para o fornecimento de serviços de infraestrutura portuária para os clientes, ou seja, substancialmente serviços com o mesmo padrão de transferência para o cliente e que permite serem contabilizados como uma única obrigação de desempenho. A receita é reconhecida ao longo do tempo de execução dos serviços aos clientes.

(iii) Serviços de transbordo de petróleo

Trata-se do processo de transferência de petróleo entre navios. As receitas são contratos de obrigações de performance e o preço da transação para cada obrigação de performance. O termo “obrigação de performance”, no que se refere à norma contábil, diz respeito à obrigação da companhia desempenhar a sua obrigação de repassar o controle do bem ou serviço ao cliente. Todos os contratos, com exceção da Petrobras, possuem cláusulas de *take-or-pay*, com variação do número de operações para cada contrato. As cláusulas de *take-or-pay* são mecanismos contratuais que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima de operações *double banking*, independentemente de sua realização física, caso o cliente não exerça o direito de realizá-las dentro do prazo estabelecido.

A Vast Infraestrutura, reconhece as receitas de *breakage* (quebra) quando a probabilidade de o cliente exercer seus direitos é remota e para as operações *double banking* físicas, as obrigações de performance são consideradas atendidas no momento da desconexão dos mangotes, ao final de cada operação, conforme previsão contratual. Desse modo, após satisfeitas as condições precedentes desta obrigação de performance, as receitas são reconhecidas de acordo com o preço identificado para cada contrato, ou seja, à medida que cada operação é realizada.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício de apuração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do quociente entre o resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 / IAS 33 - Resultado por Ação.

q) Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são relatados à Diretoria da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

r) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

s) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço

cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

t) **Julgamentos contábeis críticos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração aplique julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente, considerando circunstâncias atuais e projeções futuras, em conformidade com o CPC 23 (IAS 8) e a estrutura conceitual do CPC 00 (R2).

Julgamento sobre a não classificação do investimento na Vast Infraestrutura S.A. como Ativo Mantido para Venda

A Administração exerceu julgamento crítico ao avaliar se o investimento na Vast Infraestrutura S.A. deveria ser reclassificado como ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, conforme os critérios estritos do CPC 31 / IFRS 5. Na data de encerramento do exercício, a Administração concluiu que a referida classificação não é aplicável, uma vez que os requisitos normativos de "disponibilidade imediata" e "alta probabilidade de conclusão" não foram atendidos de forma cumulativa.

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia, juntamente com sua controladora Prumo Logística S.A., firmou um Contrato de Compra e Venda de Ações ("SPA") com a China Merchants Port Holdings Company Limited, tendo a Vast como parte. Em novembro de 2025, foi assinado aditivo ao SPA, ajustando determinados termos e condições. Em razão das condições precedentes materiais ainda em curso, a Administração entende que não se configuram, na data-base, os requisitos de reclassificação nos termos do CPC 31/IFRS 5.

t) **Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC São:

(i) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" buscando responder a questões práticas recentes para melhorar o entendimento e incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras.

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

(ii) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

(iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações.

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

u) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);

5. Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Caixa restrito

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	738	24.681	210.903	40.858
Equivalentes de caixa				
CDBs	198.818	79.391	595.124	361.839
Operações compromissadas	-	-	1.790	75.475
	198.818	79.391	596.914	437.314
Provisão de perda estimada (-)	-	-	(19)	(10)
	198.818	79.391	596.895	437.304
	199.556	104.072	807.798	478.162

Os equivalentes de caixa são recursos aplicados em certificado depósitos bancários (CDB's) e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição.

Aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB's) com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos (a)	3.022	3.156	3.022	3.156
FI cambial (b)	-	-	1.509	288.775
Notas promissórias vinculadas a crédito (c)	-	-	3.023.788	3.636.106
	3.022	3.156	3.028.319	3.928.037
Circulante	3.022	3.156	380.697	639.937
Não circulante	-	-	2.647.622	3.288.100

- (a) Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos através do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo.
- (b) O Fundo de Investimento Cambial é administrado junto ao Banco BNP Paribas. A Vast Infraestrutura designou os investimentos deste fundo porque representam investimentos que a Companhia pretende manter em um prazo superior a 90 dias para fins estratégicos. Sua classificação financeira é valor justo por meio do resultado. Por sua vez, seus ganhos e perdas impactam o resultado da Companhia.

Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

- (c) A Açu Petróleo Luxemburgo utilizou os recursos emitidos pela cédula de crédito vinculada ("CLN") junto aos bancos Itaú e Santander para internalizar os recursos e financiamentos com a Vast., por meio de operação vinculada no Brasil. Os bancos Itaú e Santander utilizaram os recursos que lhes foram cedidos pela Companhia, por meio dos instrumentos Nota de Crédito à Exportação (NCE) e Debêntures Cambiais com Itaú e Santander, conforme nota explicativa nº 20 – Empréstimos, Financiamentos e debêntures. Adicionalmente não é esperado ter qualquer perda com esse investimento uma vez que sejam pagos os compromissos vinculados.

Esses instrumentos vinculados não obriga os bancos a utilizarem recursos próprios para efetuar qualquer liquidação dos valores dos investimentos, portanto, para a liquidação dos investimentos é necessário o pagamento por meio do instrumento Notas de Crédito à Exportação ("NCE") e debêntures cambiais são necessários para que os investimentos sejam liquidados.

c) Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa restrito	11.900	19.500	11.900	19.500
	11.900	19.500	11.900	19.500

Em relação ao saldo consolidado, no contexto da reestruturação financeira da Porto do Açu, com o reperfilamento de suas dívidas com os Bancos repassadores do Financiamento via repasse do BNDES e com o FI-FGTS, o saldo do caixa restrito foi utilizado para quitação de obrigações referentes a comissionamento junto aos próprios bancos repassadores, BNDES e FI-FGTS.

d) Caixa restrito – Operação de cessão de recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa restrito - VIRGO	-	-	2.218	2.000
	-	-	2.218	2.000

A Porto do Açú firmou uma operação de Cessão de Recebíveis com a Riza Securitizadora S.A Companhia de Securitização, a qual consiste em uma retenção de um percentual do contas a receber vinculado aos contratos de aluguéis lastreados na operação. O valor referente aos títulos lastreado emitidos pela Porto do Açú é pago pelo cliente diretamente para a Riza Securitizadora S.A, que efetua a retenção referente a parcela do mês subsequente e transfere o saldo restante para uma conta bancária da Porto do Açú. O saldo retido é utilizado para efetuar a amortização extraordinária mensal da dívida securitizada reconhecida no passivo da Companhia (Nota Explicativa **Erro! Fonte de referência não encontrada.**1 - Cessão de recebível securitizado).

6. Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Porto do Açú (a)	3.450	3.420
GSA	-	8
Vast (b)	233.986	251.603
Prumo Participações (c) (d)	-	60.515
FP Newco (d)	-	213
	237.436	315.759
Circulante	3	60.748
Não circulante	237.433	255.011

(a) Os recursos de titularidade da Porto do Açú, depositados na conta do Banco Santander, consistem em obrigações de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação nº IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014;

(b) Os depósitos vinculados da Vast se referem a recursos mantidos em dólar em contas no exterior. O montante em depósito referente a essa operação serve como garantia, de acordo com as condições do financiamento;

(c) A Prumo Participações possui duas contas reserva referentes ao contrato de financiamento: A Conta Reserva do Serviço da Dívida ("DSRA"), que possui o valor de 6 meses de pagamento do principal mínimo acrescido dos juros devido do período; e a Conta Reserva de Pagamento Alvo ("TARA"), que é preenchida com o valor que exceder o montante devido para cada data de pagamento.

(d) Em 16 de dezembro de 2025, a Prumo Logística de acordo com sua estratégia de desinvestimentos concluiu alienação da participação acionária na FP Newco, controladora da Prumo Participação Investimentos S.A. que possuía 50% da Ferroport.

7. Clientes

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cessão do direito real de superfície (a)	164.440	151.235
Serviços portuários (b)	84.166	32.702
Serviços de transbordo de petróleo (c)	182.996	114.526
Clientes Securitizados (d)	10.772	15.788
Outros	334	21.167
	442.708	335.418
Provisão de perdas estimadas (-)	(2.749)	(2.117)
	439.959	333.301
Circulante	281.899	186.107
Não circulante	158.060	147.194

- (a) Cessão do direito de superfície de terrenos relativo aos clientes: Technip, NOV, Intermoor, Edson Chouest, Oceanpact, efen, Minas Gusa, UTE GNA II e Mills.VIX Logística.
- (b) Serviços portuários compreendem armazenagem de cargas, soltas, cargas de projetos de granéis sólidos, pesagem e serviços de recepção;
- (c) Serviços de transbordo de petróleo referente à subsidiária Vast;
- (d) No contexto da reestruturação financeira da Companhia, em março de 2024 foi realizada uma operação de Cessão de Recebíveis com coobrigação, lastreados em contratos de aluguel (cessão do direito real de superfície), junto a empresa Riza Securitizadora S.A (Nota Explicativa Nº 21 Cessão de recebível securitizado). A transação consiste em um controle dos recebíveis, pelas partes envolvidas na operação, em conta bancária específica da empresa securitizadora. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo referente aos clientes securitizados era de R\$ 10.722 (R\$ 15.788 em 31 de dezembro de 2024).

As subsidiárias avaliam periódica e individualmente os títulos dos devedores de forma a se chegar ao montante mais próximo dos créditos de difícil recebimento. Para isso, considera:

Porto do Açú:

A maior parte dos recebíveis que a Porto do Açú possui em 31 de dezembro de 2025 é decorrente de sua atividade de cessão do direito real de superfície. A Companhia efetuou avaliação sobre os riscos de crédito e perda esperada dos recebíveis e não identificou perdas adicionais além dos montantes já contabilizados nessas demonstrações financeiras. A Porto do Açú avalia periódica e individualmente os títulos dos devedores de forma a se chegar ao montante mais próximo dos créditos de difícil recebimento. Para isso, considera:

- Experiência anterior da empresa com relação aos prejuízos já havidos com créditos a receber;
- Condições em que foram realizadas as vendas a prazo, tais como: taxas de juros praticadas, políticas de concessão de créditos e de venda, existência de alienação fiduciária em garantia e operações com garantia real;
- Demonstrações financeiras;
- *Rating* do Serasa.

VAST Infraestrutura:

Adota como critério para o cálculo da perda esperada por vencimento um percentual de 0,1% sobre o saldo bruto a vencer. A metodologia visa proporcionar uma avaliação prudente e consistente dos riscos de crédito, alinhada às melhores práticas contábeis e ao acompanhamento contínuo da saúde financeira das contrapartes.

Prumo Serviços de Navegação (DOME):

A avaliação da perda esperada de créditos é avaliada periodicamente e individualmente os títulos dos devedores de forma a se chegar ao montante mais próximo dos créditos de difícil recebimento a partir dos seguintes itens:

- Experiência anterior da empresa com relação aos prejuízos já havidos com créditos a receber;
- Condições em que foram realizadas as vendas a prazo, tais como: taxas de juros praticadas, políticas de concessão de créditos e de venda, existência de alienação fiduciária em garantia e operações com garantia real;
- Demonstrações financeiras:
- Rating do Serasa.
- Percentuais aplicados por faixa de vencimento.

A Companhia monitora continuamente os indicadores de risco e a situação financeira das entidades do grupo, realizando avaliações periódicas sobre o risco de crédito e sobre a necessidade de constituição de perdas esperadas de recebíveis, considerando também os potenciais efeitos do cenário econômico. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas perdas adicionais além dos montantes já reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre serviços ("ISS")	3	3	1.640	214
Imposto sobre circulação de mercadorias ("ICMS")	-	-	838	936
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	11.038	8.581	33.541	24.400
CSLL retida na fonte ("CSRF")	-	-	966	776
Imposto de renda retido sobre mútuo	5.488	4.577	5.488	4.577
Crédito não cumulativo ("PIS")	-	-	317	426
Crédito não cumulativo ("COFINS")	-	-	728	464
Outros	127	127	6.166	1.563
	16.656	13.288	49.684	33.356
Circulante	11.168	8.711	39.276	24.741
Não circulante	5.488	4.577	10.408	8.615
IRPJ e CSLL a Recuperar				
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	-	14.042	-

9. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, totalizam o valor líquido de R\$(142.531) em 31 de dezembro de 2025 (R\$(103.154) em 31 de dezembro de 2024), têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	347.489	235.705	1.877.161	1.976.108
Base negativa de contribuição social	135.662	93.774	686.654	720.416
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT	-	-	-	47
Provisão para PLR	-	-	12.562	8.149
Juros Capitalizados	-	-	(3.561)	(7.121)
Provisão para perda em investimentos	-	-	7.116	7.116
Provisão para perda estimada créditos	-	-	22.616	18.244
Provisão outras taxas	-	-	2.666	2.666
Diferimento Receita Linear	-	-	(59.842)	(55.023)
Diferimento do PIS e COFINS - Receita Linear	-	-	5.535	5.090
Provisão variação cambial	-	-	38.110	169.434
Provisão (reversão) perda s/imobilizado	-	-	13.220	13.220
Provisão contingências	-	-	5.691	913
Apropriação Crédito PIS e COFINS	-	-	15.845	16.285
Diferença de Taxa de Depreciação	-	-	(17.532)	(15.203)
Perda com operações de renda variável	-	-	4.462	-
Outros	4.403	4.403	18.299	18.117
Total de créditos fiscais diferidos ativos	487.554	333.882	2.629.002	2.878.458
IR diferido não reconhecido (a)	(487.554)	(333.882)	(2.629.002)	(2.878.436)
Total de impostos diferidos ativos reconhecidos	-	-	-	22
Imposto diferido passivo				
Diferença temporária – GNA Infra	-	-	(24.726)	(24.726)
Diferença de base passiva - Vast	-	-	(117.805)	(78.450)
Total de impostos diferidos passivos	-	-	(142.531)	(103.176)
Total de impostos diferidos	-	-	(142.531)	(103.154)

(a) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa consolidado, do montante de R\$2.629.002, sendo que: Prumo no valor de R\$487.554, Porto do Açú R\$1.841.88, Açú Petróleo Investimentos R\$188.521, e outras em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros e outros.

10. Depósitos restituíveis

	31/12/2024	(Recebimentos)	Provisão p/ perda (*)	Atualização monetária	31/12/2025
Porto do Açu	51.396	(7.120)	1.012	2.565	47.853

	31/12/2023	(Recebimentos)	Reversão p/ perda (*)	Atualização monetária	31/12/2024
Porto do Açu	50.430	(1.466)	(136)	2.568	51.396

(*) Provisão de perda devido a alteração de prognóstico (chance de êxito) dos processos – de Remota para Possível – frente à estratégia jurídica aplicada desde 2018.

No cenário das ações de desapropriação ajuizadas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) visando à implantação do Distrito Industrial de São João da Barra, a Companhia propôs voluntariamente aos proprietários e possuidores de imóveis localizados na área do Distrito a aquisição de seus direitos sobre os imóveis, mediante pagamento de valores estabelecidos nos laudos de avaliação contidos nos respectivos processos de desapropriação.

Assim, entre os anos de 2011 e 2015, a Companhia, mediante acordos privados, adquiriu de diversos proprietários/possuidores os direitos sobre as áreas por eles ocupadas, tendo como objetivo viabilizar o recebimento imediato das indenizações pelos antigos ocupantes, bem como a desocupação amigável das áreas destinadas ao desenvolvimento de projetos no Distrito Industrial de São João da Barra.

Em razão da celebração dos acordos privados – e consequente adiantamento de indenizações aos proprietários/possuidores de imóveis –, a Companhia passou a ter o direito de realizar para si o levantamento dos valores depositados em juízo nos processos de desapropriação referentes a estes imóveis.

No ano de 2025, a Porto do Açu recuperou, por meio de levantamentos em processos de desapropriação, o montante de R\$ 7.120 (R\$ 1.466 no ano de 2024) referente aos depósitos iniciais nos processos de desapropriação envolvendo os imóveis por ela adquiridos.

A Administração da Porto do Açu, com base em parecer de sua assessoria legal externa, entende que, neste fechamento contábil, há possibilidade jurídica de levantamento de R\$47.853 (R\$51396 em 31 de dezembro de 2024) atualmente depositados nas ações judiciais e atualizados monetariamente.

11. Depósitos judiciais

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais Porto do Açu (a)	16.120	15.258
Depósitos judiciais Prumo	260	277
	16.380	15.535

(a) Depósitos judiciais - Porto do Açu:

- Depósito judicial realizado em ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas (“espelho d’água”), nos termos do “Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas” celebrado em 6 de outubro de 2010. Em 31 de dezembro de 2025, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza o montante consolidado estimado de R\$ 13.016 (R\$ 12.214 em 31 de dezembro de 2024).
- Outros depósitos judiciais realizados em ações cíveis e trabalhistas somam o montante de R\$3.104 em 31 de dezembro de 2025 (R\$3.044 em 31 de dezembro de 2024).

12. Debentures OSX

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. (“OSX”), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açú subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$734.677 dada as seguintes condições:

	Data de emissão:	Data Vencimento (**):	Taxa de juros (a. a):	Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024
Debêntures – 4ª série (*)	08/01/2015	08/01/2055	CDI	723.716	723.716
DIP – 3ª série (*)	15/01/2016	15/01/2036	CDI + 2%	10.961	10.961
Subtotal das Debêntures:				734.677	734.677
(-) Provisão para perda estimada				(46.031)	(46.031)
Total das Debêntures:				688.646	688.646
Direito real de superfície (não contabilizado) (vi)				(33.837)	(33.837)
Total:				654.809	654.809

(*) As Debêntures - 3ª Série tem vencimento em 10 anos, prorrogáveis pelo mesmo período e as Debêntures - 4ª Série tem vencimento em 20 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

(**) Data de vencimento considerando a possível prorrogação das debêntures

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é composto por: (i) R\$ 642.301 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos aos custos de construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 em 31 de dezembro de 2025 e 2024 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 em 31 de dezembro de 2025 e 2024 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$32.117 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, referentes à cessão do direito real de superfície referente ao período de agosto de 2013 até julho de 2014, (v) R\$2.954 em 31 de dezembro de 2025 e 2024 relativos aos custos de licenciamento e (vi) R\$33.837 em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, referentes à cessão do direito real de superfície devidos a partir de agosto de 2014 até julho de 2015, porém, não contabilizados por não atender plenamente os critérios de reconhecimento de receita (CPC 47/IFRS15), dado à improbabilidade de benefícios econômicos futuro associados a essa transação.

Do montante total de Debêntures, a Porto do Açú constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$ 46.031 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme detalha o quadro da nota explicativa acima.

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total dos créditos reconhecidos como Debêntures 3ª e 4ª série, não foram contabilizados, até a data base, por não

atenderem aos critérios do CPC 25, o montante de juros remuneratórios de R\$ 1.292.212 (R\$1.038.745 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, a Companhia informa que o Grupo OSX apresentou pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 23 de janeiro de 2024. Desde então, não houve votação de Plano de Recuperação Judicial, cuja expectativa da administração é que ocorra ao longo do ano de 2026, oportunidade em que poderão ser repactuadas as condições originais das debêntures subscritas pela Companhia no âmbito do plano anterior, cujo principal vencimento é no ano de 2055, bem como todos os demais créditos envolvidos. Até a presente data-base, não há definição formal quanto aos termos e condições finais do referido plano, mas a Administração vem avaliando alternativas estratégicas que considera financeiramente viáveis relacionadas a esse ativo, que envolverá a negociação dos termos junto aos demais credores. Considerando o estágio atual das negociações, a Administração entende que não há, nesta data-base, efeitos contábeis a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras, permanecendo a Companhia acompanhando a evolução do processo para fins de avaliação de eventuais impactos futuros, inclusive quanto à recuperabilidade dos ativos relacionados.

13. Créditos com terceiros

a) Créditos com terceiros

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Créditos de Remoc	68.682	68.682
Crédito – Adiantamento contratual	8.550	8.550
Total de créditos:	77.232	77.232
(-) Provisão para perda estimada	(8.550)	(8.550)
Total	68.682	68.682

b) Outros valores a receber – OSX

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cessão do direito de uso	559.846	488.897
Total dos créditos:	559.846	488.897
Direito real de superfície (não contabilizado)	(559.846)	(488.897)
Total:	-	-

Considerando que: (i) em Dezembro de 2012 a Porto do Açú e OSX celebraram um Instrumento Particular para Cessão Onerosa do Direito de Uso e Futura Concessão do Direito Real de Superfície (“Contrato de Cessão”); (ii) que em Novembro de 2013 a OSX pediu recuperação judicial, tendo seu plano aprovado, o qual determinava, dentre outras medidas, a suspensão da exigibilidade das contraprestações até Dezembro de 2016; (iii) que antes do final do período de

carência determinado no plano de recuperação judicial, ambas as partes celebraram novo acordo que suspendia por mais 2 anos a exigibilidade das parcelas posteriores àquelas que foram subscritas em debêntures, ou seja, às parcelas devidas a partir de 2015; e (iv) que em setembro de 2018, a Porto do Açúcar celebrou junto ao Grupo OSX o termo de compromisso e Standstill, o qual estabelecia a suspensão da exigibilidade da cobrança referente às contraprestações enquanto estivesse em vigor, a Porto do Açúcar notificou o Grupo OSX, em 13 de outubro de 2023, sobre a não renovação do Standstill, o encerrando em 19 de outubro de 2023.

Em ato contínuo, a Porto do Açúcar notificou extrajudicialmente a OSX, em 23 de outubro de 2023, solicitando que até o dia 30 de outubro de 2023 fosse efetuado o pagamento das contraprestações vencidas referentes ao período de agosto de 2015 a setembro de 2023, no valor total de R\$ 403.359.

No último dia do prazo concedido pela Porto do Açúcar para pagamento, o Grupo OSX propôs a tutela de urgência cautelar como medida preparatória a novo pedido de recuperação judicial requerendo a suspensão da exigibilidade das obrigações pecuniárias e a instauração de procedimento de mediação entre o Grupo OSX e seus principais credores, o que foi deferido pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial.

Antes mesmo do encerramento da mediação, o Grupo OSX apresentou novo pedido de recuperação judicial, o qual foi deferido em 23 de janeiro 2024.

Em razão do deferimento, os valores devidos a título de aluguel de agosto/2015 a janeiro/2024, data do deferimento da nova recuperação judicial, passaram a compor o crédito concursal da nova recuperação judicial do Grupo OSX, no valor principal de R\$ 423.877.

A concursalidade desse crédito, apesar de não reconhecida *a priori* pelo Grupos OSX, já foi reconhecida judicialmente por meio de sentença no âmbito de impugnação de crédito apresentada pela Porto do Açúcar.

As parcelas mensais, vencidas após ao deferimento da nova recuperação judicial (extraconcursais), de janeiro (pro rata) a 31 de dezembro de 2025 já superam R\$ 135 milhões.

Embora sejam valores efetivamente devidos à Porto do Açúcar, não há expectativa de recebimento em razão da condição financeira da OSX e do deferimento do novo pedido de Recuperação Judicial, não havendo, reconhecimento como receita nas Demonstrações Financeiras, devido à falta dos requisitos estabelecidos no CPC 47 (IFRS 15).

O segundo processo de recuperação judicial do Grupo OSX segue em curso, envolvendo todos os seus credores, com provável votação de Plano de Recuperação Judicial para o ano de 2026.

14. Investimentos

a) Participações societárias

Saldo em 31/12/2025														
Controladas diretas (incluindo controle em conjunto)	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Opções de compras de ações	Ágio na emissão de ações	Reserva de lucros	Ganho (perda) na variação percentual	Ajuste de avaliação patrimonial	Ganho (perda) na variação cambial	Resultado acumulado
Porto do Açú	98,99%	4.823.302	5.118.244	1.110.273	4.007.971	9.655.967	-	1.369	-	20.159	67	-	-	(5.669.591)
LLX Brasil	100,00%	104.780	890	1	889	104.780	-	-	-	-	-	-	-	(103.891)
efen	50,00%	77.965	547.425	463.543	83.882	77.965	-	-	-	-	-	-	-	5.917
Vast	80,00%	447.042	2.850.649	3.313.689	(463.040)	110.915	-	-	(1.107.207)	-	-	-	145.915	387.337
Açú Petróleo Investimentos	100,00%	922	13.042	804.011	(790.969)	922	65	-	(224.850)	-	(132.091)	-	30.050	(465.065)
GNA	70,00%	302.687	177.665	8.872	168.793	641.822	-	-	389.248	21.517	(31.371)	8.614	-	(861.037)
Prumo Serviços e Navegação	100,00%	11.336	194.696	176.131	18.565	915	-	-	-	1.072	-	-	-	16.578
Rochas do Açú	100,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
FP Par Ltda	100,00%	20	20	-	20	20	-	-	-	-	-	-	-	-
Açú Energia	100,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Prumo Lux	100,00%	12	1.038	21	1.017	5.044	-	-	-	-	-	-	3	(4.030)
Heliporto (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) Em janeiro de 2025, a Prumo Logística S.A. incorporou a Heliporto S.A., assumindo a totalidade de seus ativos, passivos e patrimônio líquido. Como consequência da operação, a Prumo Logística passou a deter 80% de participação direta na a Vast Infraestrutura.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Saldo em 31/12/2024														
Controladas diretas (incluindo controle em conjunto)	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Opções de compras de ações	Ágio na emissão de ações	Reserva de lucros	Ganho (perda) na variação percentual	Ajuste de avaliação patrimonial	Ganho (perda) na variação cambial	Resultado acumulado
Porto do Açú	98,99%	9.691.941	4.948.046	927.153	4.020.893	9.691.941	-	1.369	-	20.159	69	-	-	(5.692.645)
LLX Brasil	100,00%	104.780	888	3	885	104.780	-	-	-	-	-	-	-	(103.895)
FP Newco	100,00%	1	614.421	1.147.207	(532.786)	-	-	-	(58.843)	-	-	-	-	(473.943)
efen	50,00%	73.430	641.317	541.321	99.996	77.965	-	-	-	-	-	-	-	22.031
Vast	20,00%	447.042	3.483.395	4.178.200	(694.805)	110.915	-	-	(1.107.207)	15.974	-	-	57.882	227.631
Açú Petróleo Investimentos	100,00%	922	15.391	792.376	(776.985)	922	-	-	(224.850)	-	(132.091)	-	12.444	(433.410)
GNA	70,00%	367.377	190.695	5.519	185.176	636.749	80	-	384.175	21.517	(30.984)	11.407	-	(837.768)
Prumo Serviços e Navegação	100,00%	11.336	170.519	145.960	24.559	14.915	-	-	-	1.072	-	-	-	8.572
Heliporto	100,00%	353.910	45.532	473.265	(427.733)	353.910	-	-	(674.551)	9.716	(16.634)	-	(238.631)	138.457
Rochas do Açú	100,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
FP Par Ltda	100,00%	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Açú Energia	100,00%	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentações – Controladora

Controladas diretas	31/12/2024	Aumento / redução de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda variação percentual	Ganho/perda pela variação cambial-reflexa	Dividendos	Alienação do investimento (a)	Outros	Provisão para perda em investimentos	Equivalência patrimonial	31/12/2025
Porto do Açú	3.958.200	(35.611)	-	-	-	-	-	387	-	22.434	3.945.410
LLX Brasil	885	-	-	-	-	-	-	-	-	4	889
Prumo Participações efen	-	-	-	-	-	-	116.053	-	(116.053)	-	-
Vast	49.999	-	-	-	-	(11.016)	-	-	-	2.958	41.941
Açú Petróleo Investimentos	-	-	-	-	70.426	9.358	-	-	(185.412)	105.628	-
GNA	-	-	65	12	17.607	-	-	-	13.982	(31.666)	-
Heliporto	129.570	7.102	-	(271)	-	-	-	(1.955)	-	(16.288)	118.158
Prumo Serviço de Navegação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FP Newco	24.558	(14.000)	-	-	-	(20.151)	-	-	-	27.838	18.245
Prumo Lux	-	-	-	-	-	-	705.589	-	(532.517)	(173.072)	-
Outros	-	5.096	-	-	24	-	-	(53)	-	(4.049)	1.018
	162	-	-	-	-	-	-	-	15	(15)	162
	4.163.374	(37.413)	65	(259)	88.057	(21.809)	821.642	(1.621)	(819.985)	(66.228)	4.125.823

(a) Em 16 de dezembro de 2025, a Prumo Logística de acordo com sua estratégia de desinvestimentos concluiu alienação da participação acionária na FP Newco, controladora da Prumo Participação Investimentos S.A. que possuía 50% da Ferroport.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladas diretas	31/12/2023	Aumento de capital	Ganho/perda variação percentual	Ganho/perda pela variação cambial-reflexa	Lucro não realizado	Dividendos	Outros	Provisão para perda em investimentos	Equivalência patrimonial	31/12/2024
Porto do Açú	-	5.081.092	(57.992)	-	-	-	-	(649.607)	(415.293)	3.958.200
LLX Brasil	857	-	-	-	-	-	-	-	28	885
Prumo Participações	-	-	-	-	3.340	-	-	(3.340)	-	-
efen	66.116	-	-	-	-	(24.262)	(2.871)	-	11.016	49.999
Vast	-	-	-	(44.536)	-	(9.057)	-	17.316	36.277	-
Açu Petróleo Investimentos	-	24	-	(44.536)	-	-	-	61.485	(16.973)	-
GNA	316.338	8.833	-	-	-	-	5.322	-	(200.923)	129.570
Heliporto	-	29	-	(133.608)	-	(27.169)	-	51.929	108.819	-
Prumo Serviço de Navegação	22.151	-	-	-	-	(9.562)	(62)	-	12.031	24.558
FP Newco	-	-	-	-	-	-	-	473.944	(473.944)	-
Outros	171	-	3	-	-	-	(2)	-	(10)	162
	405.633	5.089.978	(57.989)	(222.680)	3.340	(70.050)	2.387	(48.273)	(938.972)	4.163.374

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de participações societárias consolidado é de R\$136.805 (R\$1.110.578 em 31 de dezembro de 2023).

O valor consolidado em investimentos é composto da seguinte maneira:

- 1) R\$41.941 (R\$49.998 em 31 de dezembro de 2024) se referem à participação da Prumo na empresa efen;
- 2) R\$76.885 (R\$79.948 em 31 de dezembro de 2024) é referente a participação indireta da Prumo na GNA I; e
- 3) R\$17.979 (R\$13.892 em 31 de dezembro de 2024) é referente a outros investimentos.

A Companhia, em linha com a estratégia de desinvestimento concluiu em 16 de dezembro de 2025 a alienação FP Newco que detinha a participação de 50% na Ferroport antes reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. Como consequência dessa venda, a Companhia deixou de consolidar os efeitos patrimoniais e de resultado relacionados a esse investimento, o qual, em 2024, apresentava saldo de R\$ 966.740.

Em 31 de dezembro de 2025, foram revisados os indicadores e as premissas utilizadas para o teste de *impairment* efetuado em 31 de dezembro de 2024, onde não foram identificadas mudanças em seus ativos para se efetuar um novo teste de *impairment*.

A Companhia não identificou a necessidade de constituição de uma provisão para recuperabilidade de seus ativos.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Propriedade para investimentos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Porto do Açú	450.006	450.006
GSA Grussaí	31.695	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.219	5.219
SNF Siderúrgica	42.897	42.897
	529.817	529.817

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açú, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açú. A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - Propriedades para investimento, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$ 1.799.983 equivalentes a 1.959 mil m² da área total (R\$1. 1.785.986 em 31 de dezembro de 2024). Para os terrenos ainda não arrendados, em virtude das poucas transações ocorridas recentemente, escassez de dados de mercado para uma razoável comparabilidade e incertezas sobre a ocupação de toda a área, considerando o uso pretendido desses ativos pela Companhia, não foi possível mensurar, na data base de 31 de dezembro de 2024, o valor justo de todos os terrenos não arrendados.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2025 e 202 assim se apresenta:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prumo	1.747	2.182
Porto do Açu	2.517.743	2.541.810
Reserva Ambiental Caruara	17.192	17.124
Pedreira Sapucaia	462	462
Vast	1.559.391	1.792.524
GNA	795	21.226
Águas Industriais	-	-
Prumo Navegação	17.806	15.480
	4.115.136	4.390.808

Taxa anual de depreciação	Consolidado							Total
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamento	Outros	
	3,37%		5,32%	10,19%			10,54%	
Saldo em 31/12/2024	3.604.993	229.431	218.468	116.500	215.602	822	4.992	4.390.808
Adição	576	-	11.005	6.748	170.314	43.808	1.310	233.761
Transferência	63.407	-	2.237	4.839	(56.043)	-	7	14.447
Baixa	(2.531)	-	(218)	(992)	(59.070)	(52)	(442)	(64.205)
Efeito de conversão	(152.418)	(15.841)	(900)	(8.360)	(15.629)	(32)	(333)	(193.513)
Depreciação	(202.791)	-	(18.685)	(43.207)	-	-	(1.479)	(266.162)
Saldo em 31/12/2025	3.311.236	213.590	211.907	75.528	279.707	44.546	4.055	4.115.136
Custo	5.031.155	213.590	362.757	450.881	254.274	44.546	16.947	6.374.150
Depreciação acumulada	(1.719.919)	-	(150.850)	(375.353)	-	-	(12.892)	(2.259.014)
Saldo em 31/12/2025	3.311.236	213.590	211.907	75.528	254.274	44.546	4.055	4.115.136

Taxa anual de depreciação	Consolidado							Total
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias, instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamento	Outros	
	3,37%		5,32%	10,19%			10,54%	
Saldo em 31/12/2023	3.389.050	198.408	243.032	124.559	111.380	1.129	4.078	4.071.636
Adição	103.785	-	3.241	13.190	118.123	785	1.671	240.795
Transferência	26.028	-	9.219	3.746	(53.440)	-	-	(14.447)
Baixa	-	-	(12.561)	(1.602)	(14.200)	(1.096)	(131)	(29.590)
Efeito de conversão	309.860	31.023	1.597	18.602	18.914	4	617	380.617
Depreciação	(210.861)	-	(19.269)	(41.176)	-	-	(1.196)	(272.502)
Baixa de ativos imobilizados de controladas vendidas	(12.869)	-	(6.791)	(819)	-	-	(47)	(20.526)
Reversão <i>impairment</i> (*)	-	-	-	-	34.825	-	-	34.825
Saldo em 31/12/2024	3.604.993	229.431	218.468	116.500	215.602	822	4.992	4.390.808
Custo	5.188.724	229.431	350.536	482.338	215.602	822	17.323	6.484.776
Depreciação acumulada	(1.583.731)	-	(132.068)	(365.838)	-	-	(12.331)	(2.093.968)
Saldo em 31/12/2024	3.604.993	229.431	218.468	116.500	215.602	822	4.992	4.390.808

(*) Reversão de provisão de *impairment* de R\$34.825 (em 31 de dezembro de 2023 não havia reversão e o saldo de provisão de perdas era de R\$ 56.489) referente as estacas pranchas no projeto da Expansão do Cais T-MULT do Porto do Açu atualmente classificado na rubrica de obras em andamento.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Obras em andamento

Parte do saldo de obras em andamento de R\$ 279.707 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 215.602 em 31 de dezembro de 2024), inclui em maior parte custos diretos e indiretos da Porto do Açú alocados em diversos ativos em construção e é composto, essencialmente, por obras de infraestrutura geral no valor de R\$ 150.443 (R\$ 116.054 em 31 de dezembro de 2024). Desse valor, R\$116.876 se refere ao projeto de expansão do cais T-MULT (R\$93.040 em 31 de dezembro de 2024), adequação das estruturas do Molhe Sul R\$4.327, Truck Center R\$5.862 e R\$25.759 referente a outras obras de infraestrutura geral. Os demais valores são desenvolvimentos da subsidiária Vast Infraestrutura.

- Impacto da aquisição da TECMA no ativo imobilizado pela Vast Infraestrutura S.A.

Em outubro de 2024

Como resultado, o saldo total do imobilizado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1.819.876, refletindo o efeito combinado da aquisição da TECMA e subsequentes eventos após a data de aquisição.

No ano de 2024, a Vast Infraestrutura concluiu a aquisição da TECMA como sua subsidiária, consolidando seus ativos em suas demonstrações financeiras. O valor inicial foi de R\$ 107.835. Esta aquisição impactou diretamente o saldo do ativo imobilizado, que é R\$ 107.835 por conta do montante contido na TECMA de ativo imobilizado. Este é o valor contábil líquido do ativo imobilizado da TECMA de R\$ 124.388, deduzido da depreciação acumulada R\$ 16.553, conforme exigido pelas normas contábeis. Esta aquisição resultou em um aumento no imobilizado, refletindo a consolidação dessa empresa, que agora é consolidada integralmente no grupo.

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“impairment”)

Porto do Açú

Considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma única UGC Industrial Hub/T-Mult.

Na avaliação de 31 de dezembro de 2025 utilizou-se o valor em uso por UGC tendo como base as seguintes premissas:

- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos;

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Taxa de desconto efetiva “rolling WACC” que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada na revisão do fluxo de caixa futuro em 2025 foi de 11,45% a.a. a 12,28% a.a. em termos nominais (de 11,26% a.a. a 13,26% a.a em 2025), baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital (“Rolling WACC”); e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,7% a.a. em 2025 (3,5% em 2024).

Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no plano de cinco anos “5Y Plan” e no planejamento de longo prazo da empresa. O 5Y Plan da companhia é um exercício financeiro realizado anualmente que contempla premissas detalhadas dos próximos 5 anos, em linha com a estratégia vigente, a nível de EBITDA e Fluxo de Caixa. Esse processo está presente dentro do ciclo orçamentário, e envolve todas as áreas responsáveis pelas projeções estratégicas e financeiras. É utilizado um sistema interno para análise dos inputs de forma bem específica e detalhada, com criação de cenários e estresse das premissas para uma maior assertividade e confiabilidade dos números.

Após os primeiros 5 anos de fluxo, são utilizadas as projeções futuras de mais longo prazo (do 6º ano ao 22º ano) que tem um racional aprovado pela administração, considerando a longevidade do fluxo analisado. Esses dados coletados para o 6º ano em diante são revisados anualmente com as áreas envolvidas, e estão de acordo com o planejamento estratégico da empresa. No fim, é considerada uma taxa de perpetuidade correspondente ao IPCA para indicar a continuidade operacional da Porto do Açú.

O saldo de provisão de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$27.922, correspondente a estacas pranchas e equipamentos elétricos, conforme quadro abaixo.

Na avaliação do valor recuperável, a Companhia mensurou o valor justo menos as despesas de alienação da UGC Industrial Hub/T-Mult, conforme CPC 01, e identificou a melhora do ambiente macroeconômico, com a perspectiva de medidas benéficas na esfera dos negócios, corroborado pela assinatura de novos contratos, como o de locação de área para instalação das térmicas da GNA.

Grupo GNA

A GNA Infra realizou teste de recuperabilidade do investimento na UTE GNA I utilizando o método de valor em uso, com premissas baseadas no cenário macroeconômico, fluxo de

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

caixa projetado por 21 anos e 3 meses e taxa de desconto (WACC) de 8,59%, derivada de modelos de mercado e estrutura de capital setorial. As premissas de fluxo de caixa foram elaboradas com base no ciclo orçamentário anual da controlada em conjunto indireta UTE GNA I e projetadas até o final dos CCEARs, em maio de 2044.

Em 31 de dezembro de 2025, não houve mudanças relevantes nas premissas ou projeções que configurassem novo indicativo de desvalorização, não sendo necessária nova avaliação de valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a avaliação anual de indicadores de desvalorização. Apesar da redução na previsão de despacho térmico, não foram identificados impactos que indicassem que o valor contábil dos ativos excedesse seu valor recuperável, não sendo necessário realizar teste completo de impairment.

17. Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e controladas em conjunto, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cessão do direito real de superfície				
UTE GNA I	-	-	59.107	63.030
AEWS	-	-	2.282	646
	-	-	61.389	63.676
Serviços portuários				
NFX Combustíveis Marítimos	-	-	830	218
Ferroport (a)	-	-	-	225
AEWS	-	-	7	-
	-	-	837	443
Nota de débito				
Vast	189	43	-	-
GNA I	-	-	25	367
GNA II (b)	-	-	113	412
NFX Combustíveis Marítimos	2.759	659	2.759	659
Ferroport	-	1	-	100
PDA	7.488	2.423	-	-

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Prumo Participações	-	52	-	-
PAI	17	17	17	248
AEWS	-	-	89	197
Outros	85	73	368	358
	<u>10.538</u>	<u>3.268</u>	<u>3.371</u>	<u>2.341</u>
Total contas a receber	10.538	3.268	65.597	66.460
Circulante	10.538	3.268	4.702	3.024
Não circulante	-	-	60.895	63.436

- (a) Em 16 de dezembro de 2025, a Ferroport deixou de ser Partes Relacionadas devido a alienação de 100% da FP Newco.
- (b) Contrato de compartilhamento de gastos da administração e outras despesas entre as empresas do grupo GNA.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos a receber				
Mútuos - NFX	37.214	55.939	37.214	55.939
Mútuos - GNA I	-	-	117.860	103.104
	<u>37.214</u>	<u>55.939</u>	<u>155.074</u>	<u>159.043</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	37.214	55.939	155.074	159.043
Dividendos a receber				
Ferroport	-	-	-	53.581
Vast Infraestrutura	51.140	14.971	-	-
API	203	203	-	-
FP Newco	-	26.074	-	-
Heliporto	-	46.152	-	-
Prumo Serviços de navegação	-	2.858	-	-
Ambipar Environment	-	-	-	2.330
Total dividendos a receber	<u>51.343</u>	<u>90.258</u>	<u>-</u>	<u>55.911</u>
Circulante	-	28.932	-	55.911
Não circulante	51.343	61.326	-	-

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Notas de débito				
Ferroport	-	-	-	10.406
PAI	-	-	1.072	1.068
Porto do Açú	159	57	-	-
GNA I	-	-	1.460	815
Outros	1	14	1.593	1.980
Total contas a pagar - Notas de débito	<u>160</u>	<u>71</u>	<u>4.125</u>	<u>14.269</u>
Contas a pagar - Combinação de negócios (II)	12.901	14.172	39.745	56.475
Total contas a pagar com partes relacionadas	<u>13.061</u>	<u>14.243</u>	<u>43.870</u>	<u>70.744</u>
Circulante	2.134	2.044	16.666	29.776

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Não circulante	10.927	12.199	27.204	40.968
Mútuo a pagar				
EIG Global Energy Partners (a)	1.269.647	1.428.837	1.269.647	1.428.837
Prumo Participações (I)	-	153.792	-	-
FP Newco (I)	-	544.140	-	-
FP Par (I)	671.858	-	671.858	-
Vast (b)	314.054	314.054	-	-
Total mútuos com partes relacionadas	2.255.559	2.440.823	1.941.485	1.428.837

(a) Mais detalhes na nota explicativa nota nº 33 – Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos;

(b) Em 14 de julho de 2023 a Vast realizou um contrato de mútuo no valor de R\$34.602 com a Prumo. Em 2022, a Vast realizou mútuo com a Prumo no valor de R\$279.453, sem juros e com prazo de vencimento indefinido, conforme nota explicativa nº 33 – Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos .

(I) Cessão intragrupo de créditos de mútuos

No contexto da reorganização intragrupo a Companhia deliberou, em 1º de outubro de 2025, a compensação de R\$ 26.074 milhões referentes a dividendos declarados e não pagos com parte do mútuo então devido à FP NewCo. Após essa compensação, os saldos remanescentes dos mútuos detidos por FP NewCo e PPAR contra a Companhia, nos montantes de R\$ 518.066 milhões e R\$ 153.791 milhões, respectivamente, foram cedidos onerosamente à FP PAR, que passou a figurar como nova credora desses valores, seguindo as mesmas condições contratuais dos mútuos originais. Trata-se de operação realizada entre entidades sob controle comum, sem envolvimento de recursos de terceiros, representando exclusivamente a realocação interna de ativos financeiros no âmbito do grupo econômico. Os efeitos dessa transação são eliminados nas demonstrações consolidadas até a data de perda de controle da FP NewCo. Nas demonstrações individuais, os passivos financeiros perante a parte relacionada permanecem reconhecidos e mensurados de acordo com os critérios aplicáveis, sendo divulgados conforme as exigências de transações com partes relacionadas.

(II) Combinação de negócios

Considerando que a Prumo detém participação direta de 50% na efen e controle integral sobre a Vast, foi necessário avaliar os reflexos dessa operação no balanço individual da Prumo, especialmente em relação ao método da equivalência patrimonial e aos possíveis impactos no reconhecimento da combinação de negócios, conforme as diretrizes do IAS 28/ CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e IFRS 3/ CPC 1 (R1) – Combinação de Negócios.

A Prumo realizou a avaliação de controle e influência sobre a efen, e entendeu que a transação não afeta a estrutura de governança e os direitos de controle da empresa, bem

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

como não representa ajuste significativo no valor do investimento decorrente da transação entre as partes relacionadas.

1. efen - Método de Equivalência Patrimonial

No caso da efen, o reconhecimento da participação societária se dá pelo método da equivalência patrimonial. Isso significa que o investimento na efen é registrado com base na participação da Prumo nos lucros ou prejuízos da joint venture, ajustando o valor do investimento conforme o resultado da empresa.

Esse método implica que a Prumo não consolida diretamente a efen em suas demonstrações financeiras, mas a reflete de forma ajustada, considerando seu desempenho financeiro. Já no balanço individual da Prumo, sua participação na joint venture é apresentada como um ativo (investimento), sem impacto direto no consolidado.

2. Vast - Consolidação da Subsidiária Integral

A Vast, por sua vez, é uma subsidiária integral da Prumo, o que significa que seus ativos, passivos, receitas e despesas são totalmente incorporados nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo tratada como uma parte do todo do grupo. Adicionalmente, no escopo da operação, no momento do exercício da opção de compra da TECMA pela Vast, ficou instituída uma contraprestação contingente a ser arcada pela Prumo e tal situação se enquadra como uma contribuição de capital, sendo equivalente, por exemplo, a um aumento de capital na Vast e o pagamento por esta ao mesmo tempo.

Considerando a estrutura da transação entre subsidiárias do mesmo grupo econômico, a Prumo, na qualidade de acionista, analisou as normas contábeis e concluiu que as condições da compra impactam as companhias, resultando no reconhecimento de uma contraprestação contingente na Prumo e uma contribuição de capital na Vast.

(III) Vast: Aquisição de Controlada – combinação de negócios

Em outubro de 2024, a Vast concluiu o processo de obtenção de 100% das quotas da TECMA, assumindo controle total da empresa, que tem como objeto social principal as atividades de armazenamento de combustíveis marítimos, óleos combustíveis, diesel e biodiesel, gasolina, etanol e derivados de petróleo, por meio de operações de transbordo ou através de dutos (ex-pipe).

Análise do ganho por compra vantajosa

Após um processo complexo de negociação envolvendo diversos fatores estratégicos e

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

comerciais entre a efen e seus acionistas Prumo e BP Global Investments Limited ("bp"), foi definido um preço de venda da TECMA, no montante de R\$ 85 milhões, valor que gerou ganho por compra vantajosa.

Conforme requerido pela norma que trata de combinação de negócios (CPC 15), a Companhia realizou uma revisão cuidadosa para garantir que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados e mensurados, e considerou todos os detalhes da transação para refletir adequadamente as informações disponíveis na data da aquisição, confirmando após essas análises o ganho por compra vantajosa no montante de R\$ 9.550 (líquido de impostos).

18. Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores por empresa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prumo	6.598	4.800	6.598	4.800
Porto do Açú	-	-	63.836	41.477
Vast	-	-	83.184	40.006
GNA	-	-	7.336	897
PSN	-	-	14.330	7.134
Outros	-	-	23	62
	6.598	4.800	175.307	94.376

No Porto do Açú, o crescimento está associado à contratação, em 2025, de serviços de terraplanagem a serem executados em 2026, no valor de R\$ 4.840, bem como ao reconhecimento de passivo relacionado à aquisição de um galpão lonado destinado às instalações portuárias, no montante de R\$ 10.900 em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, o início das obras e do desenvolvimento do Terminal de Líquidos do Açú (TLA) pela Vast contribuiu para a elevação do saldo consolidado de fornecedores, refletindo a expansão dos investimentos e o avanço do cronograma de construção ao longo do período.

19. Plano de opção de compra de ações

A Companhia instituiu, em 2019, um Plano de Phantom Stock Plan como parte de sua estrutura de incentivos de longo prazo destinada a determinados executivos. O objetivo do plano é alinhar os interesses dos executivos participantes com a geração de valor de longo prazo da Companhia e de seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, o plano contava com 19 executivos participantes (12 ativos), com um total de 16.169.100 Phantom Stocks contratualmente outorgadas. Desse total, o vesting acumulado era de aproximadamente 67% (em 31/12/2024, 63% de vesting).

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2025				31/12/2024	
	Empresa	Vencimento	Principal	Juros e atualização monetária	Total	Total
Instituições						
Debêntures (i)	Prumo Logística	15/01/2032	5.139.835	928.519	6.068.354	5.592.903
Subordinated Loan (iii)	FP Newco	30/06/2027	-	-	-	811.881
(-) Custo de transação (iii)	FP Newco		-	-	-	(18.134)
Senior Secured Bonds (iv)	Prumo Participações	31/12/2031	-	-	-	1.559.850
(-) Custo de transação (iv)	Prumo Participações		-	-	-	(48.492)
Debenture Santander (v)	Vast Infraestrutura	10/07/2035	1.216.294	46.275	1.262.569	1.517.929
NCE Itau (vi)	Vast Infraestrutura	10/07/2035	1.702.816	61.064	1.763.880	2.121.066
Bonds 144A/RegS (vii)	AP Lux	13/07/2035	2.919.117	102.169	3.021.286	3.633.126
(-) Custo de transação (vii)	AP Lux e Vast Infraestrutura		(131.024)	-	(131.024)	(178.951)
Banco ABC (viii)	PSN	19/06/2023	-	-	-	-
			10.847.038	1.138.027	11.985.065	14.991.178
Circulante					757.503	815.718
Não circulante					11.227.562	14.175.460

Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas informações dos fluxos de caixa.

A Prumo e suas subsidiárias possuem financiamentos específicos para captação de recursos com intuito de desenvolvimento de seus projetos. Em 31 de dezembro de 2025, o custo médio de captação para financiamentos: (i) em reais é de 15,43% ao ano; e (ii) em dólares é o indexador do dólar + 7,5% ao ano.

Prumo Logística – item i

Em conformidade com o plano estratégico da Porto do Açúcar para otimização de fluxo de caixa, aumento da capacidade de investimentos e geração de valor, foi realizada uma reestruturação dos financiamentos de longo prazo da empresa, na qual pactuou a migração de uma parcela relevante para Prumo. Assim, no dia 05 de março de 2024, a Prumo fez sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em nove séries, para distribuição pública, registrada sob o rito automático, destinada a investidores profissionais ("1ª Emissão de Debêntures Prumo"), no valor total de R\$ 5.084.656, com prazo de vencimento em janeiro de 2032.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As debêntures possuem um fluxo de pagamento customizado com base em eventos de liquidez e serão realizados da seguinte forma:

- 1^a, 2^a e 3^a séries com pagamento de principal e juros em janeiro de 2026 (liquidadas antecipadamente em dezembro de 2025);
- 4^a, 5^a e 6^a séries com pagamento de principal e juros em janeiro de 2028;
- 7^a, 8^a e 9^a séries com pagamento de juros semestrais de janeiro de 2029 a 2032 e de principal em janeiro de 2032.

A remuneração das debêntures será de CDI + 3 % a.a. para 4^a, 5^a, 7^a e 8^a séries e de IPCA + 6,9717% a.a. para 6^a e 9^a séries.

Em 2025, realizamos pagamentos extraordinários, conforme detalhamento por série abaixo:

- 1^a série: valor integral de R\$ 16.425, sendo R\$ 14.758 de amortização e R\$ 1.667 de juros (liquidada).
- 2^a série: valor integral de R\$ 20.637, sendo R\$ 18.541 de amortização e R\$ 2.096 de juros (liquidada).
- 3^a série: valor integral de R\$ 21.726, sendo R\$ 20.783 de amortização e R\$ 943 de juros (liquidada).
- 4^a série: valor parcial de R\$ 93.447, composto integralmente por juros.
- 5^a série: valor parcial de R\$ 117.389, composto integralmente por juros.
- 6^a série: valor parcial de R\$ 119.922, sendo R\$ 26.889 de amortização e R\$ 93.033 de juros.

Porto do Açu – item ii

Em 05 de março de 2024, a Porto do Açu assinou os contratos relacionados à segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em três séries, para distribuição pública, da Virgo Companhia de Securitização (“2^a Emissão de Debêntures Virgo”), lastreada em direitos creditórios da Porto do Açu.

Em 15 de março de 2024, a Porto do Açu liquidou antecipadamente sua dívida com os Repassadores e Debenturistas, com a quitação integral de todas as obrigações relacionadas. Como parte do processo, 100% das debêntures emitidas pela Porto do Açu em 15 de setembro de 2012 detidas pelos Debenturistas foram devolvidas para a emissora e, em 18 de março de 2024 foram canceladas em sua totalidade.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

FP Newco – item iii

Com a conclusão da venda da cadeia societária da subsidiária no 4º trimestre de 2025 (conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 – Contexto Operacional), os empréstimos anteriormente registrados por essa entidade deixaram de compor o endividamento consolidado da Companhia.

Prumo Participações – item iv

Com a conclusão da venda da cadeia societária da subsidiária no 4º trimestre de 2025 (conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 – Contexto Operacional), os empréstimos anteriormente registrados por essa entidade deixaram de compor o endividamento consolidado da Companhia.

Vast Infraestrutura – itens v ao vii

Debêntures Santander (v)

A Debênture cambial subscrita pelo Banco Santander é vinculada às notas de crédito adquiridas pela Açú Petróleo Luxembourg. O financiamento via debêntures cambiais representou uma internalização no valor de US\$ 250.000. O principal e juros são amortizados semestralmente, em janeiro e julho de cada ano.

No dia 10 de janeiro de 2025, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R\$ 33.636 e juros de R\$ 57.122.

No dia 09 de julho de 2025, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R\$ 52.454 e juros de R\$ 50.116.

NCE Itau (vi)

Os recursos da Emissão foram internalizados pela Vast por meio de Nota de Crédito à Exportação (NCE) adquiridas pelo Banco Itaú que estavam vinculadas às notas de crédito adquiridas pela Açú Petróleo Luxembourg. O financiamento por Nota de Crédito à Exportação permitiu a internalização de US\$ 350.000 com financiamento com vencimento em julho de 2035, com taxa de juros de 7,5% ao ano. O principal e juros são amortizados semestralmente, em janeiro e julho de cada ano.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No dia 10 de janeiro de 2025, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R\$ 47.091 e juros de R\$ 75.321.

No dia 09 de julho de 2025, a Vast Infraestrutura efetuou o pagamento de amortização de principal de R\$ 73.435 e juros de R\$ 66.083.

Bonds 144^a/RegS - AP Lux (vii)

A controlada pela Vast, a Açú Petróleo Luxembourg emitiu em janeiro de 2022 títulos de dívida no mercado internacional de capitais (Bonds) no valor total de US\$ 600.000, à taxa de 7,5% a.a. e vencimento em julho de 2035, por meio do Banco Goldman Sachs & Co LLC. O principal e juros são amortizados semestralmente, em janeiro e julho de cada ano.

No dia 13 de janeiro de 2025, a AP Lux efetuou o pagamento de amortização de principal de R\$ 80.727 e juros de R\$ 129.122.

No dia 14 de julho de 2025, a AP Lux efetuou o pagamento de amortização de principal de R\$ 125.888 e juros de R\$ 113.286.

Garantias prestadas a favor dos empréstimos

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da 1^a Emissão de Debêntures Prumo

A Porto do Açú é Fiadora, enquanto como “Intervenientes Anuentes” figuram: (i) EIG Prumo Fundo de Investimento Participações Multiestratégia, (ii) EIG LLX Holdings S.A.R.L, (iii) EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC, (iv) EIG Prumo FIP I, LLC, (v) EIG Prumo FIP II, LLC e (vi) EIG Prumo FIP III, LLC.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da 2^a Emissão de Debêntures Riza Securitizadora S.A

A Prumo e a Porto do Açú são Fiadoras, enquanto como “Intervenientes Anuentes” figuram: (i) EIG Prumo Fundo de Investimento Participações Multiestratégia, (ii) EIG LLX Holdings S.A.R.L, (iii) EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC, (iv) EIG Prumo FIP I, LLC, (v) EIG Prumo FIP II, LLC e (vi) EIG Prumo FIP III, LLC.

As garantias prestadas no âmbito da 1^a Emissão de Debêntures Prumo e 2^a Emissão de Debêntures Riza Securitizadora S.A

As garantias prestadas em favor dos debenturistas são as seguintes:

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Alienação Fiduciária de Ações da Prumo
- (ii) Alienação Fiduciária de Ações da Porto do Açú
- (iii) Alienação Fiduciária das Cotas do FIP EIG
- (iv) Alienação Fiduciária de Ações da Fazenda Caruara
- (v) Alienação Fiduciária das Cotas da Prumo Serviços e Navegação
- (vi) Alienação Fiduciária de Ativos
- (vii) Alienação Fiduciária dos Imóveis da Área do Meio do Porto do Açú
- (viii) Alienação Fiduciária dos Imóveis da Fazenda Caruara
- (ix) Carta Compromisso de Imóveis
- (x) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Porto do Açú e da Fazenda Caruara
- (xi) Cessão Condicional de Direitos Contratuais da Porto do Açú e Fazenda Caruara
- (xii) Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos FIP EIG
- (xiii) Cessão Fiduciária dos Rendimentos das Subsidiárias da Porto do Açú e Prumo
- (xiv) Administração de Contas
- (xv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Vinculada da Prumo
- (xvi) Compromisso de Aporte Açú Investimentos
- (xvii) Alienação Fiduciária de Ações da Açú Investimentos
- (xviii) Cessão Fiduciária de Conta Vinculada da Açú Investimentos
- (xix) Commitment for Additional Funding (Compromisso para Financiamento Adicional de Aporte Adicional).

As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nos documentos de financiamento acima citados.

A totalidade dos ativos e direitos acima elencados garantem 100% das Escrituras de Emissão de Debêntures.

Os debenturistas nomearam o *Trustee* Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para atuar como agente de garantia dos contratos de financiamento.

As garantias prestadas pela Vast Infraestrutura

Em favor da AP Lux, com relação aos *Bonds* 144A/RegS são:

- (i) Alienação Fiduciária das Ações da Vast Infraestrutura;
- (ii) Alienação Fiduciária dos Ativos pertencentes à Vast Infraestrutura;
- (iii) Alienação Fiduciária das contas reservas; e
- (iv) Alienação Fiduciária dos contratos de “*Offtake*” relevantes da Vast Infraestrutura.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As garantias prestadas pela Dome

- (i) Alienação Fiduciária do contrato com a Technip.

Cláusulas restritivas (Covenants)

As debêntures emitidas pela Prumo Logística e as debêntures emitidas pela Riza Securitizadora S.A (contratos securitizados da Porto do Açú) possuem *covenants* financeiros que devem ser medidos a partir de 31 de dezembro de 2024, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas nos períodos findos, conforme a tabela abaixo.

Dívida Líquida / EBITDA	Prumo	PdA
2025	< 11,0 x	< 4,0 x
2026	< 11,0 x	< 3,5 x
2027	< 9,0 x	< 3,5 x
2028	< 6,0 x	< 3,5 x
2029	< 5,0 x	< 3,5 x
2030	< 4,0 x	< 3,5 x
2031	< 3,5 x	< 3,5 x
2032	< 3,5 x	< 3,5 x

Sendo:

“Dívida Líquida”: Somatório de todos os empréstimos, financiamentos e debentures e outras dívidas na data final do exercício de apuração; menos o somatório do caixa e equivalentes de caixa, disponibilidades, títulos, valores mobiliários, aplicações financeiras, caixa restrito e depósitos bancários vinculados na data final do exercício de apuração.

“EBITDA”: Resultado operacional antes de resultado financeiro, impostos e contribuições a recolher, depreciação/amortização e equivalência patrimonial.

Os *Covenants* Financeiros da Prumo são calculados por meio de uma consolidação proforma das demonstrações financeiras auditadas das sociedades em que a Prumo detenha participação acionária direta ou indireta, ponderados pela participação acionária total (direta e indireta) detida pela Companhia em cada uma destas sociedades.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Até 31 de dezembro de 2025 todos os covenants foram devidamente cumpridos pela Prumo e Porto do Açu.

Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

A Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Prumo e os respectivos instrumentos de garantia possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é também aplicável à 2ª Emissão de Debêntures Virgo.

No período finalizado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou nenhum descumprimento das obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Prumo e nos respectivos instrumentos de garantia.

A Companhia deverá notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos respectivos instrumentos de garantia. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia está em conformidade com os *Covenants*.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento.

	Controladora						31/12/2025
	Fluxo de caixa			Efeito não caixa			
	31/12/2024	Captação / (Liquidação)	Juros Pagos	Captação / (Liquidação)	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização e custo de transação	
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	2.440.823	-	-	(26.074)	(159.190)	-	2.255.559
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	5.592.903	(80.969)	(308.580)	-	865.000	-	6.068.354
	8.033.726	(80.969)	(308.580)	(26.074)	705.810	-	8.323.913
	Consolidado						31/12/2025
	Fluxo de caixa			Efeito não caixa			
	31/12/2024	Captação / (Liquidação)	Juros Pagos	Captação / (Liquidação)	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização e custo de transação	
Partes relacionadas - Mútuo a pagar	1.428.837	-	-	671.838	(159.190)	-	1.941.485
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	14.991.178	(490.669)	(777.253)	(2.305.105)	538.501	28.413	11.985.065
	16.420.015	(490.669)	(777.253)	(1.633.267)	379.311	28.413	13.926.550

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Cessão de recebíveis securitizados

A Porto do Açú celebrou junto a Riza Securitizadora S.A uma operação de cessão de recebíveis, com coobrigação, vinculados a contratos de aluguel (cessão do direito real de superfície) de longo prazo. A partir da aquisição desses direitos creditórios, a Riza Securitizadora S.A lastreou tal operação à sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, destinada a investidores profissionais, lastreando à essa emissão de debêntures os direitos creditórios cedidos pela Porto do Açú.

Os recursos provenientes desta operação de cessão foram direcionados para liquidar parte da dívida de longo prazo que a Companhia possuía junto a seus credores conforme Nota Explicativa 20 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

A Dome assinou em 11 de julho de 2024 os contratos referentes a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”), lastreados em direitos creditórios do Consórcio, cedidos à Riza Securitizadora S.A para 181ª emissão da Virgo.

A emissão possui uma única série, no valor de R\$79.600.000, podendo chegar ao valor total de até R\$ 90.268.000,00, remunerada a IPCA + 9,5% a.a., com pagamentos de principal e juros mensais, conforme curva customizada.

No contexto da securitização com coobrigação, a entidade original que transfere os direitos creditórios assume o risco associado aos títulos emitidos pela Securitizadora, uma vez que, se houver, inadimplência nos ativos financeiros cedidos, o Cedente tem obrigação de ressarcir, no mesmo montante, a Securitizadora e, esta, por consequência, os investidores.

Nesse sentido, a Porto do Açú e a Dome constituíram um passivo financeiro no momento inicial, refletindo a sua coobrigação em relação à Riza sendo este passivo reduzido no decorrer da realização do contas a receber dos contratos lastreados na operação.

Empresa		Vencimento	Taxa de juros (a. a):	Saldo em 31/12/2024	Juros e atualização	Amortizações	Saldo em 31/12/2025
Porto do açú	Recebível securitizado - 1ª Série	05/06/2038	CDI + 3%	208.062	36.327	(6.452)	237.937
Porto do açú	Recebível securitizado - 2ª Série	05/06/2038	CDI + 3%	256.078	44.709	(7.941)	292.846
Porto do açú	Recebível securitizado - 3ª Série	05/06/2038	IPCA + 6,97%	335.333	38.976	(10.221)	364.088
Porto do açú	(-) Custo de Transação			(11.653)	-	863	(10.790)
PSN	Recebível securitizado	20/06/2031	IPCA + 9,5%	40.174	5.305	(9.210)	36.269
PSN	(-) Custo de Transação			(4.301)	-	1	(4.300)
	Total			823.693	125.317	(32.960)	916.050
	Circulante			29.483	38.013	(22.362)	45.134
	Não circulante			794.210	87.304	(10.598)	870.916

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Durante o ano de 2025, a Porto do Açú realizou os pagamentos de amortização, seguindo o cronograma de pagamentos mensais estipulado na escritura, no montante total de R\$ 25.536 e a Dome efetuou pagamentos mensais referente à amortização e juros, totalizando R\$ 9.208 no exercício, sendo 50% desse valor consolidado na PSN.

Todas as informações de garantias, avais, cláusulas restritivas (*covenants*) estão descritas na Nota Explicativa 20 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Porto do Açú

Os contratos de Emissão de Debêntures da Riza Securitizadora S.A e da Prumo Logística, os quais a Porto do Açú é fiadora, possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Dentre os eventos de vencimento antecipado não automático se incluem os limites de gastos anuais, pela Porto do Açú, em relação à Capex, OpEx e SG&A, sendo todos os limites corrigidos anualmente pelo IPCA.

Dome

O contrato de cessão de créditos imobiliários e outras avenças possui cláusulas de recompra compulsória automática e não automática. Dentre os eventos de recompra compulsória não automática, inclui não atendimento dos índices financeiros, cuja checagem é realizada a partir das informações desse exercício:

- Dívida Líquida/EBITDA $\leq 3,0x$,
- ICSD $\geq 1,2x$ e
- EBITDA/Despesa financeira $\geq 2,0x$.

Obrigações adicionais

Porto do Açú

Conforme contratos de emissão das Debentures, os quais a Porto do Açú é fiadora, no fechamento de cada exercício social a Companhia deverá verificar a existência de excedente de saldo no caixa livre, conforme estipulado no contrato de emissão, sendo necessária a transferência desse excedente para uma conta bancária de titularidade da Prumo Logística.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Dome

De acordo com o contrato de cessão, a Dome não deve celebrar qualquer aditamento ou ajuste no contrato de Sublocação que impacte negativamente o valor dos créditos imobiliários.

22. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ISS	11	-	1.772	2.702
PIS/COFINS	130	1.432	36.234	31.254
ICMS	-	-	151	138
IRRF (a)	63.011	66.210	65.642	68.662
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	309	189	941	727
INSS de terceiros	16	2	731	1.102
IPTU (b) (c)	-	-	70.006	1.487
ITR	-	-	972	1.472
Outros	34	-	49	15.732
	63.511	67.833	176.498	123.276
Circulante	1.596	2.737	27.439	25.669
Não circulante	61.915	65.096	149.059	97.607

(a) A Prumo registrou, em 2015, créditos de IRRF no valor de R\$75.016, que foram parcialmente compensados com outros tributos federais (valor atualizado R\$35.414) e o saldo foi objeto de pedido de restituição (valor atualizado R\$66.987). Em setembro de 2020, a Prumo ajuizou ação para que fosse reconhecido o direito ao crédito e o prognóstico para 31 de dezembro de 2023 foi classificado como possível. Em 21 de fevereiro de 2024, foi proferida sentença em 1ª instância julgando procedentes os pedidos da Prumo para o fim de declarar a higidez dos créditos da cia, bem como declarar nulas as cobranças que resultaram nas Certidões de Dívida Ativa. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia avaliou que, com base na avaliação do seus assessores jurídicos, é possível que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal dos créditos em questão.

(b) Refere-se ao reconhecimento do IPTU dos anos de 2023 (R\$ 7.484), 2024 (R\$ 8.139) e 2025 (R\$8.588).

(c) Refere a cobrança adicional de IPTU, retroativo de 2025 (retornando até 2020), por revisão de base de cálculo realizada pelo poder público. O montante reconhecido de imposto é formado por:

Exercício	Valor devido
2020	R\$ 4.358
2021	R\$ 5.878
2022	R\$ 8.132
2023	R\$ 8.658
2024	R\$ 9.077
2025	R\$ 9.691
TOTAL	R\$ 45.794

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	499.231	(1.837.117)	693.829	(2.005.157)
Resultado das empresas que não contribuíram (contribuíram) para despesa do IRPJ e CSLL	-	-	8.833	735.305
Lucro (prejuízo) ajustado	499.231	(1.837.117)	702.662	(1.269.852)
Alíquota nominal (34%)	(169.738)	624.620	(238.905)	431.750
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Diferenças Permanentes	266.068	(326.725)	(6.193)	(235.927)
Créditos fiscais não reconhecidos	(96.330)	(297.895)	56.865	(112.724)
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	(188.233)	83.099
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	27,13%	4,14%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(120.558)	(127.338)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	(67.675)	190.012
Total do imposto de renda e contribuição social do período	-	-	(188.233)	62.674

Prumo Logística

Com base nas análises realizadas e nas informações disponíveis na data destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que as posições tributárias adotadas são, de modo geral, consideradas prováveis de aceitação pelas autoridades fiscais. Dessa forma, não foram identificadas incertezas relevantes que demandassem ajuste adicional na mensuração dos tributos correntes ou diferidos.

As estimativas são revisadas periodicamente em função de novos fatos ou mudanças de circunstâncias. Os exercícios em aberto permanecem sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais de acordo com os prazos legais e decadenciais.

Porto do Açú

A Porto do Açú possui posições tributárias incertas relacionadas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no valor de R\$72.575 em 31 de dezembro de 2025 (R\$72.518 em 31 de dezembro de 2024), que atualmente estão em discussão na esfera administrativa. Com base na legislação tributária aplicável e na avaliação da Administração, é considerado mais provável que o

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

entendimento da Companhia prevaleça em relação a esses assuntos. Ainda que tal posição não venha a ser aceita pelas autoridades fiscais, eventual decisão desfavorável não resultaria em desembolso de caixa nem produziria efeitos nas demonstrações financeiras, uma vez que a controvérsia se refere a prejuízos fiscais acumulados que não estão reconhecidos contabilmente. Assim, nenhuma responsabilidade adicional foi reconhecida em relação a essas incertezas.

23. Provisão para contingências

a) Perdas prováveis provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas são alvo de alguns processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos, conforme tabela a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2024	Adição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/2025
Trabalhistas (a)	2.002	70	(678)	-	26	1.420
Cível (b)	12.714	6.892	(6.332)	-	2.059	15.333
	14.716	6.962	(7.010)	-	2.085	16.753

	Consolidado					
	31/12/2023	Adição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/2024
Trabalhistas (a)	1.652	617	(488)	-	221	2.002
Cível (b)	12.218	232	(110)	-	374	12.714
	13.870	849	(598)	-	595	14.716

(a) **Ações Trabalhistas:** R\$ 1.420 (R\$ 2.002 em 31 de dezembro 2023) relacionado a diversas reclamações trabalhistas, em sua maioria ajuizada em face de subcontratados da Companhia.

(b) **Ações Cíveis:** R\$ 15.333 (R\$ 12.714 em 31 de dezembro 2023) em virtude de ação judicial referente a celebrada com a SPU visando suspender a exigibilidade das obrigações constantes do Contrato de Adesão entre Porto do Açú e União e R\$ 2.942 (501 em 31 de dezembro de 2024) que se refere à provisão de pagamento de indenização complementar em processos de desapropriação oriundos da criação do Distrito Industrial de São João da Barra, nos quais a Companhia vem realizando os pagamentos em decorrência dos contratos celebrados com a CODIN. No decorrer de 2025 foi formalizado acordo de pagamento no valor de R\$8.500 para liquidação da ação judicial proposta pela Mecanorte no valor contingenciado de R\$13.133 (R\$12.212 em 31 de dezembro de 2024).

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As empresas controladas pela Prumo possuem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fiscais	154.294	107.759
Trabalhistas	9.552	4.859
Cíveis	41.423	51.199
	<u>205.269</u>	<u>163.817</u>

Em 31 de dezembro de 2025, os principais processos de perdas possíveis para as empresas controladas pela Prumo são os que se seguem:

Processos fiscais: No cenário tributário os processos mais relevantes, no polo passivo, estão em discussão administrativa, perante os órgãos competentes: (i) Auto de Infração aplicado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a redução de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no valor de R\$ 72.575 (R\$ 72.518 em 31 de dezembro de 2024); (ii) cobranças adicionais de Imposto Territorial Rural (“ITR”) valor de R\$ 9.237, destacando o valor na área da Fazenda Caruara R\$8.072 (R\$ 11.697 em 31 de dezembro de 2024) e (iii) outros processos nos quais se questiona a cobrança de ISS, IOF e débitos compensados por DCOMPS, totalizando um montante aproximado de R\$ 9.278 na Porto do Açú, além de R\$ 61 na Fazenda Caruara (R\$8.588 em 31 de dezembro de 2024). Existem processos na Prumo e subsidiárias no valor de R\$ 10.543 (R\$ 11.473 em 31 de dezembro de 2023) referentes a diversos processos como IRPJ, contribuições previdenciárias, Pis/Cofins.

Acrescenta-se na Porto do Açú aos processos fiscais uma cobrança de IPTU em que se argumenta a respeito da base de cálculo das dependências da Porto do Açú bem como dos agentes envolvidos em questão. Faz-se questionamento em esfera administrativa a respeito das metodologias aplicadas no procedimento de cobrança. O montante ora registrado com prognóstico possível de perda é de R\$49.604 em 31 de dezembro de 2025.

Processos trabalhistas: As reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, ações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Porto do Açú, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Porto do Açú em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas “intineres”, pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas, totalizando o montante aproximado de R\$ 9.552 (R\$ 4.859 em 31 de dezembro de 2024).

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Processos cíveis: O valor total de R\$ 41.423 (R\$ 51.199 em 31 de dezembro de 2024), decorre de ações cíveis gerais, ações de desapropriação e ações de natureza ambiental, conforme descrito abaixo:

Ações cíveis gerais: em sua maioria indenizatórias, relacionadas a contratos celebrados entre a Companhia ou suas controladas e prestadores de serviços. A melhor estimativa para esses casos soma um montante consolidado de R\$ 17.667 em 31 de dezembro de 2025 (29.907 em 31 de dezembro de 2024).

Ações de desapropriação: Em 2008, o Governo do Estado do Rio de Janeiro deu início à implementação do Distrito Industrial de São João da Barra, sendo necessária, para tanto, a desapropriação de imóveis localizados na área.

Em 2010, a Porto do Açu celebrou com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), ente da estrutura estatal fluminense, Promessas de Compra e Venda de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, por meio da qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos judiciais em trâmite perante o Poder Judiciário.

Nos referidos processos, discute-se exclusivamente o valor justo da indenização a ser paga aos antigos proprietários. Neste contexto, os valores inicialmente depositados em juízo pela CODIN para fins de indenização conferem parcial proteção financeira à Companhia, no entanto, a depender do resultado de cada processo, pode ser necessária a complementação dos referidos valores, motivo pelo qual os assessores legais da Companhia entendem e classificam com prognóstico de perda possível. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2025, o valor estimado de complementação em processos com sentença já prolatada pelo Poder Judiciário totaliza uma perda possível de R\$ 23.443 (R\$ 20.979 em 31 de dezembro de 2024).

Processos ambientais: são ações civis públicas ou ações individuais ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais decorrentes da construção do empreendimento Porto do Açu. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Direito de uso / Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025, a movimentação do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado						31/12/2025
	31/12/2024	Adições	Transferência	Amortização	Pagamentos	Juros apropriados	
Ativos							
Ativo direito de uso	130.558	24.027	-	(19.141)	-	-	135.444
Total do ativo	130.558	24.027	-	(19.141)	-	-	135.444
Passivos							
Passivo arrendamento	23.333	23.422	5.771	-	(28.484)	-	24.042
(-) Ajuste a valor presente	(13.083)	(55)	(17.791)	-	(1.593)	17.537	(14.985)
Passivo arrendamento CP	10.250	23.367	(12.020)	-	(30.077)	17.537	9.057
Passivo arrendamento	256.703	3.807	16.451	-	-	-	276.961
(-) Ajuste a valor presente	(126.479)	(3.807)	(4.431)	-	-	-	(134.717)
Passivo arrendamento LP	130.224	-	12.020	-	-	-	142.244
Total do passivo	140.474	23.367	-	-	(30.077)	17.537	151.301

	Consolidado						31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Transferência	Amortização	Pagamentos	Juros apropriados	
Ativos							
Ativo direito de uso	76.563	69.452	-	(15.457)	-	-	130.558
Total do ativo	76.563	69.452	-	(15.457)	-	-	130.558
Passivos							
Passivo arrendamento	20.709	9.366	17.340	-	(24.082)	-	23.333
(-) Ajuste a valor presente	(7.690)	(7.616)	(8.672)	-	-	10.895	(13.083)
Passivo arrendamento CP	13.019	1.750	8.668	-	(24.082)	10.895	10.250
Passivo arrendamento	123.593	150.450	(17.340)	-	-	-	256.703
(-) Ajuste a valor presente	(52.223)	(82.928)	8.672	-	-	-	(126.479)
Passivo arrendamento LP	71.370	67.522	(8.668)	-	-	-	130.224
Total do passivo	84.389	69.272	-	-	(24.082)	10.895	140.474

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações	350.054	93,10	350.054	93,10
9 West Finance S.à.r.l.	25.963	6,90	25.963	6,90
	376.017	100,00	376.017	100,00

b) Outros resultados abrangentes

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidos outros resultados abrangentes o montante de R\$ 85.843, sendo que, incluem os efeitos acumulados de conversão decorrentes de investimento na controlada Vast, cuja moeda funcional é o dólar, tendo registrado um ganho de R\$ 88.057, o reconhecimento do *hedge* via equivalência no valor de (R\$1.955), a perda na variação percentual na investida Porto do Açu de (R\$259) e ajuste de alienação de investimento no valor de (R\$47.294).

26. Prejuízo líquido por ação

A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo líquido por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações diluidoras que possam impactar o cálculo do prejuízo por ação diluído.

Os Lucros (prejuízos) líquidos básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Numerador básico:				
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	499.231	(1.837.117)	511.253	(1.831.085)
Denominador básico:				
Média ponderada de ações (*)	376.017	376.017	376.017	376.017
Lucro (prejuízo) por ação (em R\$) - básico e diluído	1,32768	(4,88573)	1,35965	(4,86969)

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Receita operacional

Os principais contratos do Grupo estão relacionados ao aluguel da retroárea, serviços de transbordo e serviços portuários.

As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores e exercícios de reconhecimento sujeitos a demandas futuras, variações na taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cessão do direito real de superfície	315.614	257.794
Serviço de transbordo de petróleo	1.216.416	1.017.878
Serviços portuários	567.799	392.411
Outros	6.534	1.465
Receita bruta	2.106.363	1.669.548
Impostos sobre receita (Pis/COFINS/ISS/ICMS)	(215.935)	(172.916)
Receita líquida	1.890.428	1.496.632

28. Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(72.833)	(56.269)
Serviços de terceiros	(225.485)	(211.071)
Aluguéis e arrendamentos	(21.290)	(16.379)
Depreciação e amortização	(268.908)	(271.333)
Seguros diversos	(8.300)	(7.957)
Combustíveis e lubrificantes	(5.164)	(4.008)
Serviços portuários	(199.127)	(118.437)
Serviços portuários – Oiltanking	(55.459)	(48.190)
Consórcio Dome	(72.953)	(49.668)
Outros	(32.146)	(16.354)
Custo dos serviços prestados	(961.665)	(799.666)

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Despesas gerais e administrativas

A seguir são apresentadas as despesas administrativas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(55.893)	(62.145)	(172.657)	(164.792)
Serviços de terceiros	(27.831)	(11.105)	(111.719)	(66.833)
Viagens e estadias	(4.023)	(2.106)	(7.853)	(5.236)
Aluguéis e arrendamentos	(3.002)	(2.510)	(5.165)	(4.922)
Impostos e taxas	-	(4)	(20.662)	(12.187)
Depreciação e amortização	(2.284)	(2.895)	(17.954)	(16.748)
Seguros diversos	(488)	(465)	(1.016)	(1.036)
Despesas diversas	(6.494)	(5.290)	(34.564)	(31.409)
Total despesas gerais e administrativas	(100.015)	(86.520)	(371.590)	(303.163)

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	125.304	9.616	140.060	20.115
Juros sobre aplicações financeiras	14.301	15.651	315.422	379.856
Juros ativos	587	760	2.341	1.799
Variação cambial	159.190	31	545.438	720.600
Ganho na liquidação do <i>hedge</i>	-	-	-	19.109
Outros	116	498	7.314	1.333
	299.498	26.556	1.010.575	1.142.812
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(7)	(4)	(395)	(518)
IOF	-	-	(1.688)	(625)
Corretagem e comissões	(19.326)	(2.042)	(24.215)	(13.036)
Juros sobre empréstimos (a)	(781.240)	(460.878)	(1.241.836)	(1.268.990)
Juros sobre mútuos	-	-	-	(2.290)
Juros sobre securitização	-	(2.290)	(125.317)	(77.712)
Atualização monetária de empréstimos	(83.760)	(59.775)	(83.760)	(94.413)
Amortização de custo de transação	-	-	(29.308)	(243.292)
Liquidação de dívida – Fee (b)	-	(495)	(265)	(119.439)
Variação cambial	(110)	(311.735)	(301.144)	(1.687.761)
Arrendamento – IFRS16	(84)	(35)	(16.741)	(10.180)
Multas	-	-	(1.735)	(3.488)
Outros	(1.492)	(969)	(49.239)	(13.156)
	(886.019)	(838.223)	(1.875.643)	(3.534.900)
Resultado financeiro	(586.521)	(811.667)	(865.068)	(2.392.088)

a) Juros sobre debêntures emitidas na Prumo em 14 de março de 2024.

b) Pagamento de Fees (“taxas”) aos Bancos Bradesco e Santander na operação de liquidação da dívida.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Informações por segmento

A Prumo utiliza segmentos, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria da Prumo analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. A Companhia utiliza o segmento corporativo relativo à operação mencionado na nota explicativa nº 1 – Contexto Operacional. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos relatáveis.

- **Segmento Administração de Retroárea (*Industrial Hub & T-Mult*)**

Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do porto do Açú para diversos empreendimentos industriais, principalmente para empresas ligadas ao setor petrolífero. O porto do Açú compreende 13.000 hectares, dos quais 210 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas do segmento de Óleo e Gás.

A operação no *T-Mult*, localizado no T2 e incluído neste segmento, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem no porto e transporte rodoviário de diversos produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e de outras cargas, bem como à atracação de plataformas de petróleo.

- **Segmento *T-Oil***

Refere-se à prestação de serviços de logística de cargas líquidas, operação e exploração do terminal *T-Oil*, e transbordo de cargas líquidas, não se limitando a petróleo bruto e seus derivados, prevendo-se a futura inclusão da operação e exploração de pátio logístico e unidade de tratamento de petróleo para fins de estocagem, tratamento, beneficiamento, mistura e processamento de petróleo. É operado pela Vast Infraestrutura.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Segmento T-Gás**

Refere-se ao projeto de compra e venda de gás natural liquefeito (GNL) ou de gás oriundo da produção offshore e de regaseificação de gás natural liquefeito, geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, bem como de intermediação na compra e venda de energia e de capacidade elétrica. É coordenado pela GNA.

- **Segmento Portuário**

Refere-se às demais empresas controladas pela Prumo, inclusive as que não são operacionais e as empresas-veículo detentoras de participações em outras empresas do Grupo, quais sejam, Pedreira Sapucaia, G3X, SNF, GSA, Reserva Caruara, LLX Brasil, Açúcar Petróleo Investimentos, Prumo Participações, Heliporto, Prumo Navegação, Rochas do Açúcar e Açúcar Energia.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado - período de 12 meses acumulado em 31 de dezembro de 2025

	Industrial Hub & T-Mult	T-Oil	T-Gás	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita líquida	640.470	1.095.808	-	154.150	-	-	1.890.428
Custo dos serviços prestados	(340.066)	(540.189)	-	(77.389)	(4.021)	-	(961.665)
Resultado bruto	300.404	555.619	-	76.761	(4.021)	-	928.763
Receitas (despesas) operacionais	(205.329)	(100.372)	(35.971)	(23.435)	1.151.962	12.023	798.878
Despesas gerais e administrativas	(150.624)	(61.612)	(36.493)	(22.828)	(100.033)	-	(371.590)
Reversão (provisão) para perda sobre recebíveis e ativos	(12.098)	102	523	(103)	-	12.023	447
Outras receitas	8.984	-	-	16	-	-	9.000
Outras despesas	(51.591)	(38.862)	(1)	(520)	(1)	-	(90.975)
Ganho na venda de controlada/investida	-	-	-	-	1.251.996	-	1.251.996
Resultado de equivalência patrimonial (*)	(1.192)	-	(62)	29.031	(48.425)	(148.096)	(168.744)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	93.883	455.247	(36.033)	82.357	1.099.516	(136.073)	1.558.897
Resultado financeiro	(50.832)	(174.024)	17.287	(70.967)	(586.532)	-	(865.068)
Receitas financeiras	80.463	(19.913)	17.327	3.911	137.010	791.777	1.010.575
Despesas financeiras	(131.295)	(154.111)	(40)	(74.878)	(723.542)	(791.777)	(1.875.643)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	43.051	281.223	(18.746)	11.390	512.984	(136.073)	693.829
IR e CSLL corrente	(17.889)	(83.620)	(3.979)	(15.070)	-	-	(120.558)
IR e CSLL diferido	(2.109)	(65.566)	-	-	-	-	(67.675)
Lucro (prejuízo) do exercício	23.053	132.037	(22.725)	(3.680)	512.984	(136.073)	505.596

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração do resultado – exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Industrial Hub & T-Mult	T-Oil	T-Gás	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de aluguel e serviços portuários	487.574	913.027	-	96.031	-	-	1.496.632
Custo dos produtos e serviços	(299.245)	(445.857)	-	(54.564)	-	-	(799.666)
Resultado bruto	188.329	467.170	-	41.467	-	-	696.966
Receitas (despesas) operacionais	(108.861)	(34.302)	(12.017)	(15.619)	(86.478)	6.070	(251.207)
Administrativas e gerais	(146.150)	(48.799)	(12.018)	(15.746)	(86.520)	6.070	(303.163)
Reversão (provisão) para perda sobre recebíveis e ativos	34.547	338	1	(24)	53	-	34.915
Outras receitas	4.290	774	-	218	2	-	5.284
Outras despesas	(1.548)	(1.085)	-	(67)	(13)	-	(2.713)
Ganho por compra vantajosa	-	14.470	-	-	-	-	14.470
Resultado de equivalência patrimonial (*)	(2.050)	-	(306.273)	383.513	(938.972)	804.954	(58.828)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	77.418	432.868	(318.290)	409.361	(1.025.450)	811.024	386.931
Resultado financeiro	(499.596)	(304.395)	12.676	(789.107)	(811.666)	-	(2.392.088)
Receitas financeiras	57.741	964.988	12.735	134.028	26.556	(53.236)	1.142.812
Despesas financeiras	(557.337)	(1.269.383)	(59)	(923.135)	(838.222)	53.236	(3.534.900)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(422.178)	128.473	(305.614)	(379.746)	(1.837.116)	811.024	(2.005.157)
IR e CSLL corrente	-	(115.646)	(2.464)	(9.228)	-	-	(127.338)
IR e CSLL diferido	2.109	168.877	-	19.026	-	-	190.012
Prejuízo do exercício	(420.069)	181.704	(308.078)	(369.948)	(1.837.116)	811.024	(1.942.483)

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2025						
	Industrial Hub & T- Mult	T-Oil	T-Gás	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo							
Ativo circulante	308.196	969.402	15.749	98.178	290.255	(107.006)	1.574.774
Ativo realizável a longo prazo	1.735.779	3.195.664	121.812	1.630	44.497	(1.031.933)	4.067.449
Participações societárias	116.250	-	76.885	(98.240)	4.143.626	(4.101.716)	136.805
Propriedades para investimentos	450.006	-	-	79.811	-	-	529.817
Imobilizado	2.518.577	1.559.391	795	34.626	1.747	-	4.115.136
Intangível	2.725	64.262	15	187	971	-	68.160
Direito de uso	4.599	36.603	-	94.242	-	-	135.444
Total do ativo	5.136.132	5.825.322	215.256	210.434	4.481.096	(5.240.655)	10.627.585
Passivo							
Passivo circulante	171.760	956.366	9.287	184.225	36.870	(235.813)	1.122.695
Passivo não circulante	956.401	5.331.996	25.115	797.858	9.555.335	(2.147.062)	14.519.643
Patrimônio líquido	4.007.971	(463.040)	180.854	(771.649)	(5.111.109)	(2.857.780)	(5.014.753)
Total passivo e patrimônio líquido	5.136.132	5.825.322	215.256	210.434	4.481.096	(5.240.655)	10.627.585

Ativos e passivos por segmento em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024						
	Industrial Hub & T- Mult	T-Oil	T-Gás	Portuário	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo							
Ativo circulante	201.426	1.060.055	30.930	278.142	230.250	(211.180)	1.589.623
Ativo realizável a longo prazo	1.628.773	3.853.758	106.121	699.409	62.328	(1.627.217)	4.723.172
Participações societárias	112.898	32	79.948	868.035	4.163.374	(4.113.709)	1.110.578
Propriedades para investimentos	450.006	-	-	79.811	-	-	529.817
Imobilizado	2.542.674	1.792.526	21.224	32.202	2.182	-	4.390.808
Intangível	2.398	90.178	17	132	1.184	-	93.909
Direito de uso	9.871	47.106	-	73.581	-	-	130.558
Total do ativo	4.948.046	6.843.655	238.240	2.031.312	4.459.318	(5.952.106)	12.568.465
Passivo							
Passivo circulante	111.444	995.367	5.663	277.936	37.499	(211.103)	1.216.806
Passivo não circulante	815.710	6.543.093	36.065	3.465.460	10.089.914	(4.037.570)	16.912.672
Patrimônio líquido	4.020.892	(694.805)	196.512	(1.712.084)	(5.668.095)	(1.703.433)	(5.561.013)
Total passivo e patrimônio líquido	4.948.046	6.843.655	238.240	2.031.312	4.459.318	(5.952.106)	12.568.465

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, suas controladas apresentam compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$799.127 (R\$980.238 em 31 de dezembro de 2024), que deverão ser cumpridos no decorrer das suas atividades:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Porto do Açú	659.075	867.645
Prumo	36.546	50.000
Vast	75.846	29.761
GNA Holdco	7.270	19.233
GNA Infra	1.780	1.413
Reserva Ambiental Caruara	18.584	12.145
Outros	26	41
	799.127	980.238

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio.

Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

capital no planejamento plurianual.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação de nível hierárquico:

		Controladora					
		31/12/2025			31/12/2024		
Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	
Ativos							
	Caixa e bancos	738	-	-	24.681	-	-
	Aplicações financeiras	198.818	-	-	79.391	-	-
	Títulos e valores mobiliários	3.022	-	-	3.156	-	-
	Caixa restrito	11.900	-	-	19.500	-	-
	Mútuo com partes relacionadas	37.214	-	-	55.939	-	-
	Contas a receber com partes relacionadas	10.538	-	-	3.268	-	-
		262.230	-	-	185.935	-	-
Passivos							
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.068.354	-	5.139.835	5.592.903	-	5.137.044
	Fornecedores	6.598	-	-	4.800	-	-
	Mútuo com partes relacionadas	2.255.559	-	-	2.440.823	-	-
	Contas a pagar com partes relacionadas	13.061	-	-	14.243	-	-
		8.343.572	-	5.139.835	8.052.769	-	5.137.044

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

		Consolidado					
		31/12/2025			31/12/2024		
Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	
Ativos							
	Caixa e bancos	210.903	-	-	40.858	-	
	Aplicações financeiras	596.914	-	-	437.314	-	
II	Títulos e valores mobiliários	380.697	-	2.647.622	639.937	-	
	Caixa restrito	11.900	-	-	19.500	-	
	Clientes	439.959	-	-	333.301	-	
	Caixa restrito - VIRGO	2.218	-	-	2.000	-	
	Depósitos bancários vinculados	237.436	-	-	315.759	-	
	Depósitos restituíveis	47.853	-	-	51.396	-	
	Mútuo com partes relacionadas	155.074	-	-	159.043	-	
	Contas a receber com partes relacionadas	65.597	-	-	66.460	-	
	Debêntures	654.809	-	-	654.809	-	
	Derivativos – hedge	-	-	-	-	1.367	
	Crédito com terceiros	68.682	-	-	68.682	-	
		2.872.042	-	2.647.622	2.789.059	-	
Passivos							
	Fornecedores	175.307	-	-	94.376	-	
	Mútuo com partes relacionadas	1.941.485	-	-	1.428.837	-	
	Contas a pagar com partes relacionadas	43.870	-	-	70.744	-	
II	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.985.065	-	11.027.158	14.991.178	-	
	Cessão de recebível securitizado	916.050	-	-	823.693	-	
		15.061.777	-	11.027.158	17.408.828	-	

Valor Justo

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, através da abordagem de receita apenas para referência.

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Uma parte significativa desse valor consiste em debêntures e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e seus prazos de vencimento, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não efetuou reclassificação de seus instrumentos financeiros entre as categorias de instrumentos financeiros previstas no CPC 48.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. Os resultados obtidos com estas operações no exercício e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios para os objetivos propostos.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. Com exceção do Grupo GNA, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não detinham contratos de instrumentos derivativos, em 31 de dezembro de 2025.

- **Riscos de Mercado**

- (i) Risco cambial

Trata-se do risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais.

O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas do Grupo Prumo, de forma a minimizar, ou mesmo evitar, o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

em que não é possível a utilização da estratégia do *hedge* natural. Ver abaixo nessa nota explicativa mais detalhes sobre as exposições cambiais do Grupo Prumo.

(ii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da nota explicativa nº 20 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligada ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de dezembro de 2025, 66,76% do endividamento da Companhia e suas subsidiárias estava associado aos índices de moedas locais, sendo 23,37% corrigidos pelo IPCA e 43,39% pelo CDI.

No que se refere às receitas em Reais, as receitas de aluguel da Porto do Açú são corrigidas pelo IGP-M. Os recursos financeiros estão aplicados em um fundo exclusivo da Companhia, no Banco Bradesco S.A., sob política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, indexados com base no CDI e com previsão de liquidez diária.

Em relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como CDI e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo das empresas controladas pela Companhia e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhares de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%, e os incrementos em relação ao caso base.

O cálculo de sensibilidade foi feito com base nas projeções do relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, para todas as dívidas do grupo Prumo.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros			
Descrição	Cenário Base	Cenário I - Alta de 25%	Cenário II - Alta de 50%
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Debêntures CDI	7.103.028	767.594	1.601.980
Debêntures IPCA	3.485.114	229.926	480.362
Total	10.588.142	997.520	2.082.342

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As projeções utilizadas no cálculo têm data base em 31 de dezembro de 2025 e foram disponibilizadas até 2029. A partir deste ano, foram utilizados os últimos valores apresentados.

Indicador	2025	2026	2027	2028	2029 em diante
Selic (%a.a.)	15,00	12,25	10,50	9,88	9,50
IPCA (%a.a.)	4,31	4,04	3,80	3,50	4,31

(iii) Risco de fluxo de caixa relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda, a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigidas pelo CDI e IPCA, como mencionado no tópico anterior. No entanto, como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2032, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe uma certa neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, reduzindo o risco em questão.

- **Risco de Crédito**

Em 31 de dezembro de 2025, 33,24% do endividamento total estava denominado em moeda estrangeira, associados em sua totalidade ao Dólar.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais.

O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas do Grupo Prumo, de forma a minimizar, ou mesmo evitar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida.

A Prumo celebrou, na qualidade de mutuária, contratos de mútuo com um veículo de investimento administrado por sociedade afiliada, à EIG, controladora da Companhia,

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

no valor de US\$ 50.000 cada, totalizando US\$ 200.000 ("Contrato de Mútuo"). Tais mútuos não possuem incidência de juros e têm prazo indeterminado. O saldo de principal está sujeito a determinadas condições de subordinação e pagamento, conforme acordado com os credores de longo prazo da subsidiária Porto do Açú.

Atualmente, não há previsão para a liquidação desses mútuos, cujo pagamento está condicionado à geração de lucros pelas subsidiárias da Prumo.

Tais mútuos, estabelecem em contrato uma condicionante de aviso do credor em exercer a liquidação com uma antecipação de 13 meses, atendendo, portanto, à manutenção da classificação no longo prazo. Parte dessas subsidiárias possui receitas denominadas em dólar, o que proporciona um hedge natural para o Contrato de Mútuo.

Na Vast Infraestrutura, o endividamento em moeda estrangeira se refere aos Bonds emitidos pela subsidiária AP Lux, em Dólares norte-americanos. O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida está relacionado às operações da própria Vast Infraestrutura, cuja receita está atrelada ao Dólar norte-americano, sendo ainda a tarifa de movimentação de petróleo em vigor corrigida anualmente com base no índice de inflação americano PPI. No caso da Vast Infraestrutura, sua estrutura de custos é denominada em Reais e sua receita mensal, apesar de recebida em Reais, é indexada ao Dólar, estando os resultados operacionais da empresa suscetíveis ao risco de variação cambial dentro do mesmo mês. Uma apreciação do Real frente ao Dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa livre da Vast Infraestrutura. Com relação ao endividamento, o fato de o serviço da dívida e a receita da Vast Infraestrutura estarem atrelados à mesma moeda resulta em um hedge natural para essa exposição.

A tabela abaixo resume o valor atual da dívida em milhões de Reais, por credor, com cenário de sensibilidade nas taxas de câmbio (US\$), assumindo oscilações de 10% e 20% para o lado positivo.

31/12/2025	Real	US\$ 10%	US\$ 20%
Debentures Santander (ix)	1.216.295	1.337.924	1.459.553
NCE Itau (x)	1.702.812	1.873.094	2.043.375
Bonds 144A/RegS (xi)	2.919.117	3.211.028	3.502.940
Total	5.838.224	6.422.046	7.005.868

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31/12/2024	Real	US\$ 10%	US\$ 20%
Subordinated Loan (iv)	681.153	749.268	817.384
Senior Secured Bonds(v)	1.559.850	1.715.835	1.871.820
Debentures Santander (ix)	1.462.607	1.608.868	1.755.129
NCE Itau (x)	2.047.650	2.252.415	2.457.180
Bonds 144A/RegS (xi)	3.510.267	3.861.294	4.212.320
Total	9.261.527	10.187.680	11.113.833

- **Informações complementares sobre os instrumentos derivativos**

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge accounting e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como hedge accounting, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado também no patrimônio líquido, porém em conta diferenciada (custo de hedge).

Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o Imobilizado em conta apropriada (hedge liquidado) quando o item protegido for efetivamente realizado.

- **Risco de Liquidez**

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar passivos e posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2025. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e não consideram o impacto dos acordos de compensação:

Prumo Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado	Até 6	De 6 a 12	De 1 a 2	De 2 a 5	Mais que	Total
	meses	meses	anos	anos	5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	175.307	-	-	-	-	175.307
Contas a pagar com partes relacionadas	-	16.666	27.204	-	-	43.870
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	-	1.941.485	1.941.485
Empréstimos, financiamentos e debêntures	493.821	498.361	1.054.552	7.623.649	8.786.788	18.457.171
Total por faixa de prazo	669.128	515.027	1.081.756	7.623.649	10.728.273	20.617.833

34. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as coberturas de seguros são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Riscos operacionais		
Danos Materiais	804.898	698.265
Responsabilidade Civil e Danos Ambientais	2.295.253	2.411.827
Lucros Cessantes	1.191.575	965.999

Composição do Conselho de Administração

Robert Blair Thomas
Presidente

Flavio Valle
Vice-Presidente

Ricardo Faria Paes
Conselheiro

Rogério Bimbi
Conselheiro

Franklin Lee Feder
Conselheiro

Mariana Coutinho
Gerente Controladoria e Fiscal

Composição da Diretoria

Rogério Sekeff Zampronha
Diretor Presidente

Leticia Nabuco Villa-Forte
Diretora Econômico-Financeira

Eugenio Leite de Figueiredo
Diretor sem designação específica

Eduardo Quartarone Campos
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor Jurídico

Angela Serpa Caldeira e Silva
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretora de Capital Humano

Eduardo Ferreira Kantz
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor de Meio-Ambiente, Sustentabilidade, Governança e Relações Institucionais

Mauro Lourenço de Andrade
Diretor sem designação específica, com atribuição de Diretor de Desenvolvimento de Negócio

Camila Araujo
Contadora / CRC-RJ 121980-07

Certificate Of Completion

Envelope Id: 60C78E48-85F5-42FE-9B3B-E272B2BD207E
 Subject: Complete with Docusign: PRUMOLOGISTICA25.DEZ_vfinal_completa_correto.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Source Envelope:
 Document Pages: 100
 Certificate Pages: 8
 AutoNav: Enabled
 Envelopeld Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed
 Envelope Originator:
 Nayara Klopper
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
 andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
 São Paulo, São Paulo 04538-132
 nayara.klopper@pwc.com
 IP Address: 134.238.159.65

Record Tracking


Status: Original 20 March 2026 16:33	Holder: Nayara Klopper nayara.klopper@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 20 March 2026 19:46	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Valter Aquino
 valter.aquino@pwc.com
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:
 Signature Type: ICP-Brasil
 Issuer: AC SyngularID Multipla
 Subject: CN=Valter Vieira de Aquino
 Junior:30333500890

Signature

DocuSigned by:

 6AEC1DF6D53D45A...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 134.238.160.144
 Certificate policy:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 20 March 2026 | 16:35
 Resent: 20 March 2026 | 17:55
 Viewed: 20 March 2026 | 19:08
 Signed: 20 March 2026 | 19:46

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Accepted: 26 November 2021 | 16:55
 ID: ce9a99ac-9fcb-4ac8-a0dd-e10e2a84f7ab
 Company Name: PwC

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
<p>Nayara Klopper nayara.klopper@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)</p> <p>Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign</p>	COPIED	<p>Sent: 20 March 2026 19:46 Viewed: 20 March 2026 19:46 Signed: 20 March 2026 19:46</p>
<p>Ramon Costa ramon.costa@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)</p> <p>Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign</p>	COPIED	<p>Sent: 20 March 2026 19:46</p>

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	20 March 2026 16:35
Envelope Updated	Security Checked	20 March 2026 19:18
Envelope Updated	Security Checked	20 March 2026 19:18
Certified Delivered	Security Checked	20 March 2026 19:08
Signing Complete	Security Checked	20 March 2026 19:46
Completed	Security Checked	20 March 2026 19:46

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------

Electronic Record and Signature Disclosure
--

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.